



Daniella Santos de Souza

**O “novo jagunçal” da cidade:
a correlação entre as favelas e
o sertão elaborada pela imprensa
carioca entre 1900 e 1920.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História
Social da Cultura do Departamento de História
da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^ª. Maria Elisa Noronha de Sá

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2021



Daniella Santos de Souza

O “novo jagunçal” da cidade: a correlação entre as favelas e o sertão elaborada pela imprensa carioca entre 1900 e 1920.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Organizadora abaixo:

Prof^a. Maria Elisa Noronha de Sá

Orientadora

Departamento de História - PUC Rio

Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Departamento de História - PUC Rio

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social - PUC - Rio

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

Souza, Daniella Santos de

O “novo jagunçal” da cidade : a correlação entre as favelas e o sertão elaborada pela imprensa carioca entre 1900 e 1920 / Daniella Santos de Souza ; orientadora: Maria Elisa Noronha de Sá. – 2021.

104 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2021.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Rio de Janeiro. 4. Primeira República. 5. Favela. 6. Literatura. 7. Sertão. I. Sá, Maria Elisa Noronha de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD:900

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à Puc-Rio e a Capes pelos auxílios concedidos que foram fundamentais para este trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Deixo aqui meu muitíssimo obrigado à minha querida orientadora Maisa por sua paciência, compreensão e carinho comigo. Serei eternamente grata pelo seu apoio que foi fundamental para que essa dissertação fosse concluída, pois inúmeras vezes eu achei que isso não aconteceria, mas Maisa nunca deixou de acreditar em mim. Obrigada por ser minha maior referência de afeto e humanidade no mundo acadêmico.

Deixo aqui meus agradecimentos para os professores Rafael Soares e Leonardo Pereira que gentilmente aceitaram participar da comissão examinadora. Especialmente agradeço ao professor Leonardo Pereira por ter acompanhado outros momentos de minha trajetória acadêmica, tendo sido sempre muito gentil em seus apontamentos.

Este trabalho me custou muito para ser concluído, principalmente neste ano tão difícil para todos. Cada página escrita sempre representará para mim um esforço físico e mental monumental. Agradeço de um modo geral a todos que direta e indiretamente contribuíram para eu conseguisse chegar ao ponto final dessa dissertação: aos queridos funcionários do departamento de História, aos professores com os quais criei laços afetivos durante esses anos, aos amigos que fiz na Puc e mantive durante a graduação e a pós, aos meus familiares, aos amigos que fiz pela vida que conheço há tantos anos e sempre me divertem e aos meus ex alunos com quem convivi durante o período dessa dissertação e que me ensinaram muito e me fizeram acreditar que ainda vale a pena acreditar na educação.

Gratidão aos meus pais José Guilherme e Débora, nordestinos batalhadores que me fazem ter vínculos com o Nordeste dos quais muito me orgulho e por terem sido sempre incentivadores dos meus estudos.

Por último, agradeço por ter nascido e viver nessa cidade como moradora da Rocinha. O meu lugar é esse e sempre será mesmo que um dia eu me mude. A minha visão de mundo está totalmente moldada a partir disso e por consequência minha vida acadêmica também. Agradeço por viver num lugar tão vivo, complexo e multicultural que permite que eu tenha noção dos meus privilégios, tenha orgulho das minhas vitórias e sonhe com um futuro melhor para as favelas.

SOUZA, Daniella Santos de; SÁ, Maria Elisa Noronha de. **O “novo jagunçal” da cidade: a correlação entre as favelas e o sertão elaborada pela imprensa carioca entre 1900 e 1920.** Rio de Janeiro, 2020, 104p. Dissertação de mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumo

Este trabalho busca historicizar o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro tendo como enfoque analisar o modo como a imprensa se referia às favelas de modo estigmatizado, preconceituoso e em alusão ao sertão. Essa dissertação busca refletir porque era possível que a imprensa associasse os morros ao sertão e o que isso simbolizava. Para isso, analisa como o sertão era representado e pensado pela intelectualidade da virada do século XIX para o XX, usando como exemplo a produção literária de Afonso Arinos e Coelho Neto.

Palavras-chave:

Rio de Janeiro; Primeira República; favela; literatura; sertão; imprensa.

Abstract

SOUZA, Daniella Santos de; SÁ, Maria Elisa Noronha de. **The “new jagunçal” of the city: the correlation between the favelas and the hinterlands by the press between 1900 and 1920.** Rio de Janeiro, 2020, 104p. Dissertação de mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work aims to historicize the emergence of the favelas in Rio de Janeiro, focusing on an analysis of how the press referred to favelas in stigmatized and prejudiced way, alluding to the hinterland (sertão). This dissertation investigates why it was possible for the press to associate the favelas to images of the hinterland and what it symbolized. In order to do so, it analyses how the hinterland was represented by intellectuals at the turn of the 19th to the 20th century, using as examples the literary works of Afonso Arinos e Coelho Neto.

Keywords:

Rio de Janeiro; First Republic; favela; literature; sertão; hinterland; press.

Sumário

Introdução.....	Pg.11
1.O sertão nas narrativas literárias de Afonso Arinos e Coelho Neto.....	
.....	Pg. 16
1.1. “Os Jagunços”: a guerra de Canudos nas páginas de Coelho Neto	
.....	Pg. 18
1.2. “A Esteireira”: os sertanejos bravios do interior mineiro.....	Pg. 21
1.3. “A Praga”: a herança racial da escravidão no conto de Coelho Neto	
.....	Pg.24
2. Panorama da habitação popular no Rio de Janeiro durante o século XIX.....	Pg.30
2.1. As habitações coletivas e a condenação da pobreza.....	Pg.31
2.2. O discurso higienista e o aumento da hostilidade com os pobres.....	
.....	Pg. 34
2.3. Reforma Passos: reformando a cidade e construindo a civilidade.....	
.....	Pg.40
2.4. As consequências da reformulação urbana da cidade.....	Pg.43
2.5. A presença de habitações nos morros centrais durante o século XIX	
.....	Pg.46
3. O sertão na construção de um imaginário sobre as primeiras favelas	
pelaimprensa.....	Pg.57
3.1. A transformação da imprensa política em uma imprensa empresarial	
.....	Pg.57
3.2. O “jornalismo de sensações”: enfoque nas mazelas cotidianas.	Pg.61
3.3. Os leitores e as leituras no dia a dia da cidade.....	Pg.66
3.4. Favela: o pedaço do sertão da capital republicana.....	Pg.69

3.5.A construção de um imaginário negativo sobre as favelas pela imprensa

.....Pg.73

Considerações Finais.....Pg.97

Fontes.....Pg.99

Bibliografia.....Pg.

101

Lista de Figuras

Figura 1. *Gazeta de Notícias*, “A instrução na Favella. O morro sinistro vai ter uma escola. A ‘Gazeta’ constata os progressos locais”, 10 de junho de 1911.....Pg.64

Figura 2. *Gazeta de Notícias*, “A instrução na Favella. O morro sinistro vai ter uma escola. A ‘Gazeta’ constata os progressos locais”, 10 de junho de 1911.....Pg.65

Figura 3. *Revista da Semana*, “O êxodo da Favella”, 28 de junho de 1907.....Pg.83

Figura 4. *Revista da Semana*, “No morro da Favela”, 23 de junho de 1907.....Pg.84

Figura 5. Uma casa de jagunços (Flávio de Barros). Acervo Fotográfico do Museu da República.....Pg.89

Figura 6. *Careta*, 4 de dezembro de 1909.....Pg.90

Figura 7. *Careta*, 4 de dezembro de 1909.....Pg.90

Figura 8. *Careta*, “Vida carioca – A Favella”, 21 de dezembro de 1912.....Pg.91

Figura 9. *Careta*, “Vida carioca – A Favella”, 21 de dezembro de 1912.....Pg.91

Figura 10. *Careta*, “Vida carioca – A Favella”, 21 de dezembro de 1912.....Pg.92

Figura 11. *Careta*, “Vida carioca – A Favella”, 21 de dezembro de 1912.....Pg.92

Introdução

O início desta pesquisa data da leitura do artigo da socióloga Lícia Valladares intitulado “A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais”¹. O contato com o texto se deu durante uma disciplina sobre a história das favelas ministrada pelo professor Rômulo Mattos na PUC-Rio, mas foi numa segunda leitura que se desencadearam indagações que fomentaram os primeiros passos desta investigação. A releitura ocorreu durante uma reunião do Pibid (Programa de Iniciação à Docência) em 2014, que contou com a presença dos bolsistas e do nosso professor supervisor – a quem nós acompanhávamos na escola municipal Christiano Hamman. O objetivo da discussão era compartilhar nossas impressões sobre o texto, cuja leitura teve como propósito nos tornar mais íntimos da produção acadêmica sobre as favelas cariocas, uma vez que a maioria dos alunos da escola era formada por moradores da Rocinha.

A oportunidade de reler um texto, sempre possibilita novas reflexões e indagações. Nesse segundo contato, chamou atenção o argumento de Valladares de que houve uma invenção da favela no sentido figurado, arquitetada pelos homens da imprensa, higiene, política etc. nos primeiros anos do século XX. Segundo a socióloga, a primeira imagem social construída sobre as favelas as associava ao sertão devido ao vínculo do morro da Providência com a guerra de Canudos, e isto teria sido impulsionado pelo impacto do lançamento de *Os Sertões*, em 1902, pois o sertão aludido nos textos que descreviam os morros era o construído por Euclides da Cunha.

¹ VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais/ANPOCS*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

A vinculação entre dois mundos tão distintos à primeira vista, gerou bastante curiosidade, de modo que a partir daí o tema foi investigado e teve como fruto o trabalho monográfico intitulado “*Favela, o ‘sertão’ da cidade:*”

*o arraial de Canudos no imaginário acerca das primeiras favelas cariocas*². Na monografia foram analisadas crônicas sobre as favelas escritas pela intelectualidade carioca sobre as primeiras favelas da cidade postas em diálogo com *Os Sertões*.

A escolha pelo livro de Euclides da Cunha, foi calcada na hipótese de que os cronistas haviam lido a obra e a usaram como principal referência imagética sobre o sertão. O diálogo entre o clássico literário e as crônicas de João do Rio, Olavo Bilac, Luiz Edmundo, Benjamin Costallat e Francisco Guimarães foi feito a partir de quatro pontos de intersecção entre o modo como as favelas e o sertão eram apresentados: 1) o processo de crescimento rápido e desordenado; 2) a ausência do domínio do Estado; 3) o comportamento moral revoltante para o observador e 4) o modo dualista de descrição.

Esta dissertação, por sua vez, explora a temática utilizando outra metodologia, uma vez que as fontes aqui apresentadas são notícias, reportagens e artigos de opinião publicadas nos jornais *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* e nas revistas *Careta* e *Revista da Semana*, entre 1900 e 1920. O objetivo desta pesquisa é analisar como a correlação entre a favela e o sertão foi executada não só nos textos literários, mas também naqueles que prezavam pela objetividade da notícia.

A construção de uma imagem da favela as associando ao sertão foi moldada pelos jornalistas e tem como hipótese o vínculo histórico estabelecido entre o morro da Providência e a guerra de Canudos. Para além disso, a correlação entre as recém-nascidas favelas e o interior do Brasil foi executada como um recurso argumentativo com a “descoberta” dos morros e seus moradores pela imprensa.

As favelas representariam um perigo social tal qual o arraial de Canudos cujo horror da guerra era ainda uma memória recente. O sertão

² SOUZA, Daniella Santos de; SÁ, Maria Elisa Noronha de. ***Favela, o “sertão” da cidade***: o arraial de Canudos no imaginário acerca das primeiras favelas cariocas. Rio de Janeiro, 2017 (monografia em História) – Puc-Rio, 2017.

foi historicamente construído como um território ao qual sempre se atribuiu significados e sentidos depreciativos. A Guerra de Canudos amplificou e sedimentou a condenação do sertão como antro de barbárie e antítese do projeto político republicano. Os morros, por sua vez, eram vistos como um sertão simbólico por representarem no coração da capital um território desconhecido e assustador, marcado pela incivilidade, miséria e ausência de ordem.

No primeiro capítulo são apresentados e analisados os textos de Afonso Arinos e Coelho Neto em que o sertão aparece como cenário. A meta é examiná-los explorando como os literatos do século XIX escreviam suas histórias situadas no interior. Isto é importante para esta pesquisa ao considerarmos que esses textos eram publicados nos jornais em forma de crônicas e folhetins, além de terem sido lançados como livros, e concluímos que eles contribuíram para a formulação do imaginário sobre o sertão. Com isso, levantamos a hipótese de que o modo como as favelas eram atreladas ao sertão pela imprensa deve ser relacionado com a maneira como o interior era retratado pela literatura ao considerarmos esta como uma importante e influente referência imagética sobre o interior do país.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar o panorama social, principalmente no que tange à questão habitacional, durante o século XIX na cidade do Rio de Janeiro. O período foi marcado por um crescimento bastante expressivo da população sem o devido incremento da infraestrutura urbana. Com isso, o capítulo discorre sobre como a população pobre vivia coletivamente em habitações populares e como eram estigmatizados pelas autoridades. A suspeição generalizada de que eram alvo os mais pobres, atingiu seu ápice quando os cortiços se tornavam o alvo principal dos higienistas no contexto do combate às epidemias.

Além disso, o capítulo percorre sobre as radicais mudanças urbanas executadas na cidade durante o mandato de Pereira Passos e apresenta o panorama social reformulado após as obras. Embora, em geral, o

nascimento das favelas seja indicado como fruto do Bota Abaixo ou um pouco antes, como ação dos soldados retornados de Canudos, um dos objetivos do capítulo é justamente historicizar seu surgimento mostrando que décadas antes os morros centrais já contavam com habitantes.

Por conseguinte, o terceiro capítulo discorre sobre as mudanças técnicas e editoriais pelas quais passou a imprensa brasileira a partir da década de 1870. Uma das consequências dessa drástica reformulação foi a assimilação de temas de caráter popular nas folhas dos jornais. A cobertura policial e o envio de equipes de jornalistas para relatarem o que viam nas favelas geraram a maior parte das fontes analisadas nesse capítulo. Nelas se observa como a imprensa constrói uma imagem negativa e estigmatizada sobre as favelas e as relaciona com o sertão como se o vínculo do morro da Favela com a guerra de Canudos fosse uma espécie de maldição.

A revista *Careta*, por exemplo, alertou em 1909 que vinha surgindo no morro de Santo Antônio um “novo jagunçal”³ que era uma “fonte inesgotável” para as páginas policiais. Além da referência aos jagunços sertanejos, o texto dizia que os “tortuosos caminhos de cabra” abrigavam “pobres gentes más”, criminosos e “expulsos do exército e polícia”. Aqui há uma clara referência sobre a presença dos militares e desertores existindo como um reforço para o estigma negativo sobre o morro, algo sobre o qual falaremos melhor no segundo capítulo.

O morro seria impenetrável pelos agentes da lei, pelo perigo que oferecia e pela falta de iluminação que fazia com que o local fosse “como no arraial de Canudos”. Outro fato que dificultava as ações policiais no “novo bairro vermelho” eram os caminhos desconhecidos pela polícia, pois as vias formavam labirintos intransponíveis para quem não as conhecia. Segundo a revista, a ausência de ação por parte das autoridades causaria o aumento do número de vítimas que de lá saíam rumo à Santa Casa ou para o necrotério. Este breve exemplo, portanto, nos mostra como os jornais mobilizavam a memória recente de Canudos

³ *Careta*, 20 de setembro de 1909

como forma de estigmatizar os morros destacando o perigo social que eles representavam para a capital republicana.

Por fim, essa dissertação visa contribuir com os estudos historiográficos sobre as favelas cariocas, cuja produção é ainda tímida em comparação com a de outras áreas das ciências humanas. A perspectiva adotada busca salientar como as favelas foram alvo de uma injusta suspeição generalizada executada pela imprensa baseada em preceitos deterministas e pouco solidária com as condições de vida da população pobre. No geral, os habitantes das favelas eram condenados como um mal para a cidade, visão infelizmente ainda compartilhada por muitos na contemporaneidade. Todavia, este trabalho busca apresentar as favelas inserindo-as historicamente na cidade, de modo sensível e sem reproduzir um discurso estigmatizante sobre sua existência.

1. O sertão nas narrativas literárias de Afonso Arinos e Coelho Neto.

A Guerra de Canudos, ocorrida entre novembro de 1896 e outubro de 1897, executou um papel fundamental na construção imagética sobre

o sertão uma vez que se tornou a pauta principal do país durante seu quase um ano de duração. O horror, a violência, o sangue e a morte se tornaram pautas cotidianas. Canudos serviu como um marco na sedimentação de um imaginário negativo sobre o sertão, todavia, ao interior do país sempre foram atribuídas interpretações estigmatizantes e dualistas. No Brasil, desde o século XVI, o sertão aparece nos relatos sobre a América Portuguesa. Durante o período colonial, o termo se referia ao

território do vazio, espaço no qual o imaginário desse moderno homem português encontra campo para povoar de projeções e imagens. Território da imaginação social, será preenchido com imagens construídas a partir dos elementos existentes no universo cultural daquele tempo, traduzidas em ações concretas de ocupação, dominação, domesticação e instalação de uma ordem mercantil e religiosa.⁴

Com o avanço da colonização, o sertão foi gradualmente sendo assimilado pela Região Colonial⁵. O interior foi sendo ocupado, delimitado e administrado pela Coroa portuguesa, mas permanecia um território fértil para a imaginação dos colonizadores e colonos. O vasto sertão era enigmático e por isso poderia ser tão atraente. As imagens construídas sobre o interior da colônia carregavam uma forte dicotomia em que ora apareciam como um grande perigo, reduto de indígenas bárbaros e animais selvagens, ora eram consideradas como um paraíso, terra de oportunidades oferecidas aos que fossem corajosos e um refúgio da opressão colonial.

No século XIX, o sertão continuou referenciando o interior de modo estigmatizante e dicotômico. Naquele momento, urgia a necessidade de estipular projetos de assimilação do interior à nação que vinha sendo construída. Neste sentido, o sertão passa a ser “ampla e recorrentemente utilizado como categoria central na formulação dos projetos de construção da nação no Brasil e mobilizado como um recurso significativo para o reconhecimento daquela identidade nacional.”⁶. Foi o momento em que a

⁴ SÁ, Maria Elisa Noronha de. **O sertão**: território da imaginação social do Brasil. O sertão: território da imaginação social do Brasil. In: STARLING, Heloísa. BOTELHO, André (Org.). *República e Democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. v. 1. p. 301

⁵ *Ibidem*

⁶ *Ibidem*, p. 303-304

dicotomia litoral *versus* sertão se tornou mais latente. O interior esquecido deveria ser assimilado à civilização e ao tempo do progresso. Dessa forma, o sertão aparecia como alvo de expectativas e projeções futuras otimistas.

O confronto de Canudos eclodiu nesse contexto e sua repercussão foi imprescindível para sedimentar uma perspectiva negativa sobre o sertão que já vinha sendo discutida e construída desde muito antes. O Brasil de então vivia as incertezas de uma República recém-nascida. A Guerra de Canudos fez com que os holofotes fossem direcionados para o interior do país e o horror da guerra associado à abordagem feita pelas autoridades, pela imprensa e pela elite intelectual do país, condenou definitivamente o sertão como habitat de seres desequilibrados, violentos e bárbaros, incitadores da desordem e entusiastas da restauração monárquica.

Os textos literários de Afonso Arinos e Coelho Neto que serão analisados neste capítulo exemplificam como os literatos do século XIX concebiam o sertão de modo estigmatizado e dicotômico e transpareciam isto em suas obras. A análise dos textos desses autores nos permite ter uma amostra de como a elite cultural do país julgava moralmente os sertanejos uma vez que eles que não correspondiam ao ideal civilizatório eurocêntrico e determinista compartilhado entre homens de letras do país.

A abordagem da imprensa carioca em relação às primeiras favelas em modo alusivo ao sertão levanta a hipótese de que a literatura sertaneja serviu como referência para os textos que eram escritos sobre os morros, levando em conta que a literatura exerceu um papel marcante na elaboração e difusão de um imaginário sobre o interior do país. Neste sentido se faz importante observar como mundo rural foi idealizado por esses dois literatos que desenvolveram sua atividade literária em meio aquele turbulento contexto histórico.

1.1. “Os Jagunços”: a guerra de Canudos nas páginas de Afonso Arinos.

Os capítulos da guerra eram descritos diariamente pela imprensa e apontavam para o sertão como um antro de barbárie. Canudos era um

assunto que gerava um impressionante interesse no público leitor e demonstrava um forte apelo comercial. As principais folhas da capital republicana tinham em sua primeira página uma sessão intitulada Canudos. O conflito não inaugurou, mas intensificou a prática do envio de correspondentes, o mais famoso deles foi Euclides da Cunha cuja experiência como testemunha ocular da guerra estruturou o clássico *Os Sertões*.

A abordagem da imprensa variava entre a sátira, a representação ponderada – bem menos usual – e a sensacionalista. De um modo geral, se destacavam as mazelas da guerra, enfatizando as cenas de violência que por sua vez contribuíam para a formulação de uma imagem bastante negativa dos sertanejos. O correspondente da *Gazeta de Notícias*, Favila Nunes, reportou: “a ferocidade desses inimigos é inqualificável. Nunca se viu tanta perversidade em homens brasileiros. São bestas feras destes sertões.”⁷

O confronto de Canudos rendeu grande interesse na intelectualidade brasileira e entre os frutos gerados temos a obra *Os Jagunços*⁸, escrita por Afonso Arinos⁹ e publicada pouco após o término do combate, em 1898. O literato nasceu em 1868, em Paracatu, no interior de Minas Gerais, tendo por isso uma relação biográfica com o sertão. *Os Jagunços* foi lançado em uma pequena tiragem – apenas 100 unidades - e foi assinado pelo pseudônimo de Olívio de Barros. A bibliografia de Arinos já contava com outra obra regionalista datada do mesmo ano, intitulada *Pelo Sertão*¹⁰, cujo conteúdo consiste em contos ambientados pelo interior mineiro e goiano.

Antes de virar livro a história de *Os Jagunços* foi publicada como folhetim no jornal monarquista *O Comércio de São Paulo* então dirigido pelo próprio Afonso Arinos. O período em que assumiu a direção do

⁷ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. 4ª ed. Recife: CEPE, 2019, p.178

⁸ ARINOS, Afonso. *Os Jagunços*. RJ, 1898

⁹ Afonso Arinos (1868-1916) foi um jornalista, jurista e escritor brasileiro. Ocupou cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras e sua lista de obras publicadas contém os títulos: *Pelo Sertão* (1898), *Os Jagunços* (1898), *Notas do Dia* (1900), *O Contratador de Diamantes* (1917), *Lendas e Tradições Brasileiras* (1917), *O Mestre de Campo* (1918), *Histórias e Paisagens* (1921) e *Ouro, Ouro* (inacabado)

¹⁰ ARINOS, Afonso. *Pelo sertão*. RJ: Livraria Garnier, 1898.

periódico de 1897 a 1901, corresponde ao auge da militância monarquista de Arinos. Seus textos geraram a ira de republicanos que chegaram a apedrejar o prédio do jornal. Foi no Comércio de São Paulo que Arinos escreveu suas opiniões sobre o curso da guerra de Canudos que para ele representava um massacre orquestrado pelas autoridades republicanas.

Em um texto de 1897¹¹, ele escreveu que o derramamento de sangue poderia ter sido evitado se houvesse ocorrido “estudo escrupuloso da região em que se manifestou o singular fenômeno e pela investigação atenta do próprio fenômeno, antes de açular-se o fanatismo dos fanáticos atirando-lhes às faces corpos de soldados”¹². Sem isso, o que houve foi a ação desproporcional e injusta das forças armadas contra uma população que se encontrava esquecida e que ao seu ver representava uma legítima nacionalidade brasileira.

Do seu ponto de vista, a repercussão da guerra fez mover os refletores para as cenas de sangue que ocorriam no interior baiano e apresentou ao litoral uma realidade totalmente apartada. O autor demonstra o desejo de ver os sertanejos serem assimilados a civilização. Era necessário integrá-los à nação, mas isso deveria ser feito sem o uso da violência que denotava o desprezo dos ilustrados homens republicanos aos rudes sertanejos.

Segundo Flavio Raimundo Giarola, em *Os Jagunços*, a representação do sertão e seu povo segue dois caminhos: “a análise do Brasil a partir do interior, inserindo essa parte do território brasileiro na nação em construção; e a crítica à República excludente, cujo projeto civilizatório não inclui as populações do sertão”¹³. O texto que dá forma ao livro foi inicialmente publicado em partes nas páginas do Comércio de São Paulo a partir de outubro de 1897. Ao contrário de Euclides da Cunha que foi testemunha ocular do confronto, Arinos não chegou a ir para Canudos. Acredita-se que a primeira parte do livro seja baseada no sertão

¹¹ *O Comércio de São Paulo*, “Campanha de Canudos (o epílogo da guerra)”, 1897

¹² ARINOS, Afonso (1897) apud GIAROLA, Flávio Raimundo. A guerra dos jagunços: o conflito de canudos e o sertanejo nos escritos de Afonso Arinos. Revista de História – UFBA, v5, n1-2 (2013), p.207

¹³ GIAROLA, Flávio Raimundo. A guerra dos jagunços: o conflito de canudos e o sertanejo nos escritos de Afonso Arinos. Revista de História – UFBA, v5, n1-2 (2013), p.212

mineiro, portanto transportou para sua narrativa os costumes e características locais de uma região que o autor tinha um vínculo afetivo e conhecia bem.

O livro é dividido em duas partes, a primeira ocorre na Fazenda Periperi e tem como protagonista o sertanejo Luís Pachola. O personagem era apaixonado por Conceição que acaba sendo morta por Gabriel, um homem que nutria sentimentos não correspondidos pela moça. A primeira parte se dedica a apresentar ao leitor o sertanejo mostrando seu cotidiano e costumes através dos personagens. Na segunda parte, Luís Pachola aparece como um dos seguidores de Conselheiro, caminho que o homem opta após o desfecho trágico de sua amada. Essa parcela do livro corresponde a formação de Canudos e o desenrolar dos fatos até a eclosão da guerra e seus desdobramentos. Enquanto a primeira metade é defendida pelos especialistas na obra de Arinos como majoritariamente ficcional, o restante do livro “passa a seguir o tempo histórico com rigor cronológico”¹⁴, segundo Marilene Weinhardt.

O sertanejo aparece em *Os Jagunços* com fruto de um meio inóspito e hostil. A capacidade de adaptação a esse cenário criou seres fortes e singulares, algo também expresso por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Segundo Arinos, “quem não for valente como eles não canta, nem entoa, no meio desses sertões brasileiros”¹⁵. Antônio Conselheiro teria parcela de responsabilidade nisso por “domar aquele povo bravio, fazer dele um grande instrumento de disciplina, extirpando-lhe ao mesmo tempo as manifestações de banditismo”.¹⁶

Sobre a questão racial, Arinos enxergava no sertanejo uma composição única oriunda da mistura racial: o mestiço. Segundo ele, a gente do sertão “não era mulata, nem mameluca, nem cariboca: ali havia por força o sangue de três raças, fundindo-se num exemplar que fazia honra a cada uma: ali havia branco, índio e negro. Por isso é que a cor e os cabelos dela enganavam a gente”¹⁷ O povo mestiço sertanejo aparece

¹⁴ WEINHARDT, Marilene. *Os Jagunços ou Os Tortuosos Caminhos da Nacionalidade. Letras*, v39, 1990, p.52

¹⁵ ARINOS, Afonso *apud* GIAROLA, Flávio Raimundo, *Op. Cit*, p. 214

¹⁶ ARINOS, Afonso *apud* GIAROLA, Flávio Raimundo, *Ibidem*, p. 216

¹⁷ ARINOS, Afonso *apud* GIAROLA, Flávio Raimundo, *Ibidem*

nas linhas escritas por Afonso Arinos como bravos guerreiros que lutaram uma guerra injusta. A construção imagética dos sertanejos é positiva e isso tem a ver com o posicionamento político do autor que vê como verdadeiros culpados pelo massacre os governantes republicanos.

A força militar é exposta como composta por homens admiráveis por sua valentia, o que se mostra uma contradição, pois Arinos não culpabiliza o Exército, mas sim as autoridades políticas responsáveis. A hipótese de que os sertanejos vinham sendo ajudados pelos restauradores monarquistas é rechaçada por Arinos que descreve seu armamento como obsoleto e afirma que os jagunços demonstravam espanto e inabilidade com as armas de Exército. Além disso, segundo Weinhardt, Afonso Arinos não expõe o horror da guerra com detalhes, algo feito posteriormente por Euclides da Cunha.

No caso de Canudos, o intelectual narra o confronto a fim de apontar para os sertanejos como seres valentes e autênticos que mereciam a devida atenção e serem assimilados pela civilização e progresso. Do ponto de vista de Arinos, isso permitiria formar uma nação original, A sua construção narrativa é benevolente com os sertanejos e crítica ao governo republicano, sendo, portanto, seu livro uma ferramenta de sua militância monarquista.

1.2. “A Esteireira”: os sertanejos bravios do interior mineiro.

Ainda sobre a produção literária regionalista de Afonso Arinos, um pouco antes de *Os Jagunços*, no mesmo ano, o intelectual monarquista havia lançado *Pelo Sertão*. Esse foi seu primeiro lançamento literário e os contos que compõem o livro foram escritos entre 1888 e 1895. Segundo Alexandre Lazzari,

no contexto das rupturas políticas dos primeiros anos da República brasileira, Arinos defendia a continuidade com o passado e encontrava a identidade profunda da nação nos costumes e nas histórias do sertão onde nasceu, na distante Paracatu, próxima à fronteira que separa Minas Gerais de Goiás.¹⁸

¹⁸ LAZZARI, Alexandre. *Longe do sertão: literatura, política e nacionalismo em Afonso Arinos*. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades, 2008, Seropédica – RJ. Anais Complementares, 2008.p.1

Em março de 1894, Arinos participou de um concurso literário do jornal *Gazeta de Notícias* e obteve o segundo lugar com o conto *A Esteireira* que faz parte de *Pelo Sertão*. A história tem como protagonista a mulata Anna Esteireira, cuja alcunha provinha da profissão de seu pai que fazia esteiras de taquara. Anna era apaixonada por Philipinho, um “pardo de peito largo”¹⁹ que era “objeto de perseguição e busca pela polícia local”.²⁰

O alvo da paixão de Esteireira era um tipo “arredio a toda espécie de trabalho”²¹ e tinha como companheiros “terríveis bandidos”²². Certa vez o personagem foi encurralado pela polícia, mas o

endemoniado mulato era mais destro no pulo do que o cangussú, riscava com o facão as fardas aos soldados e dando um assobio agudo desaparecia em qualquer touça nas imediações. Não era à toa que o mulherio o julgava como tendo trato com o Sujo.²³

A descrição racial do personagem é feita pelo autor como algo relevante pois condicionaria o seu comportamento desviado e sua capacidade sobre humana de escapar das autoridades. É interessante como a cena do conto remete a algumas descrições feitas pela imprensa sobre os crimes ocorridos nas favelas apresentadas no capítulo anterior.

Philipinho em um dado momento se entrega a polícia e Anna o ajuda a fugir ao distrair as autoridades com os seios desnudos, o que denota uma nítida hiper sexualização da personagem. Após isso, o casal troca juras de amor, mas Anna demonstra ciúmes do amado e o acusa de estar traindo com Candinha. A protagonista então arma uma emboscada para a mulher. Com a desculpa de irem coletar caju, as duas se encontram, mas no meio do caminho Anna ataca a rival e a assassina. A descrição da cena é bastante violenta:

Depois de uns três quartos de hora de marcha, Anna, sem que a companheira o percebesse, saca de uma navalha e, vibrando-a com mão rápida e firme, corta a carótida da infeliz companheira, que estava unida a si, abraçada a sua cintura, na garupa do animal. Caíram ambas e Anna não querendo que na

¹⁹ ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. RJ: Livraria Garnier, 1898, p. 68

²⁰ *Ibidem*, p. 69

²¹ *Ibidem*

²² *Ibidem*

²³ *Ibidem*

estrada houvesse grande marca de sangue, encostou os lábios ao lugar de onde irrompia aos cachoes, e, carnívora esfaimada, chupou, chupou por muito tempo, carregando, depois, o corpo da desventurada para bem longe, onde um desses precipícios, cavados pelas enxurradas, recebeu-o no fundo de sua face²⁴

O comportamento de Anna é desproporcionalmente violento. A personagem age movida pelo ciúme, sem permitir chance de explicação a Candinha e conclui o crime de modo sórdido. Como um animal selvagem, Esteireira parece ser incapaz de controlar suas ações. Depois de sair fugida com Philipinho, os dois são cercados pelas autoridades e ao serem intimados a se renderem, Philipinho fere o cabo de polícia com o facão. Não satisfeito em executar o homem, “o mulato, debruçado sobre o corpo do soldado, mordida-o e esfaqueava-o”²⁵.

Esteireira, por sua vez, estava desarmada, mas “com o busto inclinado para diante e os dedos das mãos recurvados como garras, pronta se achava para a defesa”²⁶. Ao ser atingida por um tiro, Anna antes de morrer proferiu um “grito terrível, um rugido antes, que ecoou pela mata”²⁷. Ambos os personagens são explicitamente animalizados e levando em conta a ênfase que o autor deu a sua raça, podemos concluir que Arinos construiu o casal calcado em pressupostos deterministas que associava a mistura racial como a razão pela qual os mestiços tinham um comportamento violento, promíscuo e instável.

O conto obteve o segundo lugar entre mais de noventa competidores no concurso da *Gazeta de Notícias*, mas seu teor violento não agradou a todos. Joaquim Alves considerou a história “excessivamente violenta e inverossímil”²⁸. Em resposta, Arinos argumentou que seu crítico não conhecia o sertão e seus habitantes, enquanto ele por ter nascido no interior mineiro tinha conhecimento de causa suficiente para ambientar suas histórias no interior.

Afonso Arinos afirmou que o crítico habituado ao Rio de Janeiro afrancesado não conhecia esse outro Brasil e se propunha a desvelar aos

²⁴ *Ibidem*, p. 78

²⁵ *Ibidem*, p. 80-81

²⁶ *Ibidem*, p. 81

²⁷ *Ibidem*

²⁸ LAZZARI, Alexandre. *Longe do sertão: literatura, política e nacionalismo em Afonso Arinos*. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades, 2008, Seropédica – RJ. Anais Complementares, 2008.p.3

seus leitores esse território desconhecido, mesmo que para isso tivesse que usar a “verdade violenta da narrativa”²⁹. A sua missão social era mostrar através de suas histórias e personagens sertanejos, essa gente bruta que apesar da rudeza era forte, autêntica e capaz de ser lapidada. A vitalidade e energia dos homens e mulheres do sertão contribuiriam para a formação de uma nação igualmente original e potente.

O fato de os contos de *Pelo Sertão* terem sido escritos antes de 1898, portanto, serem anteriores a guerra de Canudos deve ter condicionado Afonso Arinos a escrever sobre os sertanejos de modo menos romantizado como ele fez em *Os Jagunços*. Em *A Estereira*, por exemplo, não há nenhum receio em construir uma história violenta com personagens instáveis e que agem como besta feras. A experiência de horror ocorrida em Canudos teve grande repercussão, isso associado ao momento de militância monarquista que Arinos viveu enquanto esteve a frente do Comércio de São Paulo, criou o cenário da construção de uma narrativa complacente em relação aos canudenses e opositora à República.

1.3. “A Praga” do sertão: a herança racial da escravidão no conto de Coelho Neto.

Outro intelectual do século XIX que dedicou suas páginas ao sertão foi o maranhense Coelho Neto³⁰. Embora o tipo de literatura em voga em fins do século retrasado privilegiasse o realismo, os escritos de Netto em sua obra *Sertão*³¹ (1897) exploram os mitos e mistérios do interior do Brasil. Os contos do livro apresentam histórias repletas de lendas,

²⁹ Ibidem

³⁰ Coelho Neto (1864-1934) foi um literato, teatrólogo, crítico, professor e político brasileiro. Foi considerado como “O Príncipe dos Prosadores Brasileiros” em votação popular feita pela revista *O Malho*, em 1928. Coelho Neto produziu um vasto número de obras literárias e teatrais – *Rapsódias* (1891), *A Capital Federal* (1893), *Praga* (1894), *Fruto Proibido* (1895), *Sertão* (1896), entre outros – e desfrutou de prestígio e popularidade por muitos anos, mas hoje em dia é um autor por lido e conhecido. Grande parte da razão disto é a rejeição que o autor sofreu pelo movimento modernista que o considerava como um expoente de uma literatura ultrapassada.

³¹ A versão do livro que será referenciada é atualizada por Fabiana Almeida Sambati em SAMBATI, Fabiana Almeida. *O sertão de Coelho Neto revisitado e editado*. Dissertação (mestrado em Letras) – UTFPR, PR, 2016.

assombrações, superstições, misticismo, entre outros elementos que denotam um sertão fantasioso.

O universo sertanejo de Coelho Netto “é habitado por personagens – em sua maioria, negras, caboclas e pobres – imersas numa cultura rica em misticismo e religiosidades, vivendo as angústias e os sofrimentos de secas, doenças, fome, miséria e morte”.³² O livro *Sertão*, por sua vez, é um compilado de contos que haviam sido publicados anteriormente nos jornais para os quais Netto colaborava. Aquele momento foi bastante produtivo na carreira do autor que entre 1894 e 1898 publicou 22 livros.

Em 1892, Neto escreveu nas páginas do jornal *O Paiz* uma série de contos chamada *Por Montes e Vales* em que anunciou a mudança do seu interesse em dedicar maior espaço de seus escritos ao homem do sertão. Na crônica *Vilancete* explicou que sua mudança de perspectiva estava relacionada a sua estadia no interior. Outra influência que Neto afirmou ter contribuído para seus contos sertanejos foi sua vivência no Maranhão:

Foram as histórias, as lendas, os contos ouvidos em criança, histórias de negros cheias de pavores, lendas de caboclos palpitando encantamentos, contos de homens brancos, a fantasia do sol, o perfume das florestas, o sonho dos civilizados... Nunca mais essa mistura de ideais e de raças deixou de predominar, e até hoje se faz sentir no meu ecletismo. A minha fantasia é o resultado da alma dos negros, dos caboclos e dos brancos. É do choque permanente entre esse fundo complexo e a cultura literária que decorre toda a minha obra.³³

Portanto, a publicação de *Sertão* fez parte de um período da trajetória do intelectual em que ele estava voltado a refletir sobre os rumos do país que vivia os primeiros anos da República. O primeiro conto do livro chamado *Praga* narra a história do “mais audaz de todos os vaqueiros”³⁴ chamado Raimundo acometido por uma doença misteriosa que vinha assolando o vilarejo de Santa Eulália. Segundo Helder Castro, assim como seus contemporâneos, Coelho Netto utilizou “as pestes e

³² CASTRO, Helder B. A “Praga” do sertão. Aspectos do gótico em Coelho Netto. In: SILVA, Alexander Meireles da; BARROS, Fernando Monteiro de; FRANÇA, Júlio; COLUCCI, Luciana. (Org.). *Estudos do Gótico*. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017, p. 67

³³ ARINOS, Afonso apud CASTRO, Helder B., *Ibidem*

³⁴ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida. *O sertão de Coelho Netto revisitado e editado*. Dissertação (mestrado em Letras) – UTFPR, PR, 2016. p.42

epidemias para veicular também as visões ideológicas da elite brasileira sobre grupos sociais e regiões geográficas afastadas do discurso modernizante que dominava o país da época”.³⁵

A doença que atormentava os sertanejos era combatida com o uso de incensos e mirra e as “velhas religiosas desfiavam rosários correndo a casa, trêmulas, (...) varrendo os cantos com a vassourinha benta ou com feixes de palmas das que alastraram o caminho de Jerusalém”³⁶. As tentativas de cura giravam em torno da fé e da superstição. A velha Úrsula, uma “cabrocha caduca e feiticeira”³⁷ era quem cuidava do protagonista Raimundo que não gostava da sinistra mulher. A personagem mística carregava mistérios e despertava o medo em seus vizinhos. Com isso,

ninguém se aventurava a descer a rampa, com receio de um encontro com a bruxa! (...) Os pequenos, de trás dos moirões, jogavam-lhe pedras. (...) Afirmavam, que, pelas noites escuras, à hora satânica do curupira, Úrsula tomava o caminho do Aeral, campo árido onde se enterrava, para profanar as covas, roubando os ossos das crianças mortas sem batismo.³⁸

O conto gira em torno do sentimento de culpa de Raimundo que é assombrado pelo seu passado de maus feitos. Em um desses momentos de angústia do personagem o leitor é informado sobre um dos motivos de sua consciência pesada. Raimundo abusou sexualmente de uma menina de nove anos “magra, doentia, de olhos tristes e úmidos”³⁹ chamada Albina. Contudo, o pior de seus pesadelos se tratava da lembrança do assassinato de sua própria mãe.

A negra Dina carregava em seu pescoço uma pequena bolsa com suas economias. No dia do acontecimento, Raimundo andava de um lado para o outro “como uma fera em jaula”⁴⁰, mirou o cordel onde

³⁵ CASTRO, Helder B. A “Praga” do sertão. Aspectos do gótico em Coelho Netto. In: SILVA, Alexander Meireles da; BARROS, Fernando Monteiro de; FRANÇA, Júlio; COLUCCI, Luciana. (Org.). *Estudos do Gótico*. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017, p. 70

³⁶ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida. *O sertão de Coelho Netto revisitado e editado*. Dissertação (mestrado em Letras) – UTFPR, PR, 2016. p.39

³⁷ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem*, p. 46

³⁸ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem*

³⁹ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem*, p.52

⁴⁰ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem* p. 55

pendia a bolsa e “não podendo furtar-se à ânsia que o dominava, atirou-se à velha de chofre, num bote de tigre e, rápido, dando repetidos empuxões ao cordel, rebentou-o violentamente.⁴¹” Assim como em *A Estereira*, os personagens aparecem racializados e com comportamento bárbaro e animalizado. A incapacidade de deter seus impulsos gerou uma tragédia, pois Raimundo agrediu sua mãe com tamanha força que ela não conseguiu sobreviver. O filho “retirou o corpo da água (...) Enterrou-a junto do pântano, floriu o túmulo à maneira indígena e fincou com suas próprias mãos a triste cruz da saudade. Mas nunca! Nunca mais pôde esquecer o gesto da morta que lhe ficou na lembrança”⁴²

O matricídio foi atribuído aos ciganos, o que mostra como o universo sertanejo construído por Coelho Neto em *Praga* é místico. O cenário do conto é misterioso e assustador e a morte é um tema central. As descrições de Dina assombrando Raimundo são bastante mórbidas, verdadeiras cenas de terror, o que faz com que o estilo de Coelho Neto seja associado ao gótico.⁴³ O sertão em Praga é um *locus horribilis*, como podemos ver no trecho abaixo que descreve o reencontro entre mãe e filho:

Fortificado, esperou, de cócoras, com as duas mãos à porta, opondo resistência aos empurrões da ossada perseguidora. Debalde porém: seus pulsos enfraqueciam, o suor pingava em grossas gotas perenes, faltava-lhe o ar, os joelhos curvavam-se trêmulos, moles, e recuando, sempre com os braços estendidos, num gesto duro de repulsa, a boca escancarada, os olhos paralisados, caiu de costas, soltando, num suspiro estremecido, o nome da assassinada: "Mãe Dina!" (...) À claridade fria da grande lua, Raimundo viu, emoldurada pela porta, coberta de algas e de jias coaxantes, a boca gotejando a água podre do pântano, toda enroscada de ervas, o crânio fendido, a tirar lentamente, com os ossos dos dedos, partículas de miolos roxos e rãs pequeninas, verdes, de olhos fosforescentes, Mãe Dina, a morta, com um braço erguido, hirto, os dedos apartados num gesto terrível de ameaça. Um grito formidável atroou a noite serena.⁴⁴

⁴¹ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem*

⁴² NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida, *Ibidem*, p. 54

⁴³ Cf. CASTRO, Helder B. A “Praga” do sertão. Aspectos do gótico em Coelho Netto. In: SILVA, Alexander Meireles da; BARROS, Fernando Monteiro de; FRANÇA, Júlio; COLUCCI, Luciana. (Org.). *Estudos do Gótico*. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017, p. 67

⁴⁴ NETO, Coelho apud SAMBATI, Fabiana Almeida. *O sertão de Coelho Netto revisitado e editado*. Dissertação (mestrado em Letras) – UTFPR, PR, 2016. p.60

Coelho Neto nos apresenta um sertão sombrio e mórbido, repleto de lendas e credices e habitado por pessoas ignorantes e atrasadas, praticantes de rituais místicos. Segundo Leonardo Pereira,

os habitantes do interior teriam no misticismo a única forma efetiva de intervenção na realidade. Os pedidos de 'misericórdia', as rezas e as credices eram as únicas ações concedidas pelo literato a esses homens e mulheres como forma de fugir de seu estado de carência e sofrimento, sem saber próprio e sem ação, os sertanejos aparecem como simples joguetes da natureza e do destino, incapazes de agir dentro de sua própria história.⁴⁵

A raça é denotadora do barbarismo dos personagens. Coelho Neto buscava na figura do sertanejo criar um “caminho diferenciado de afirmação para a cultura nacional”⁴⁶, mas não pretendia fazer isso criando uma narrativa romântica e empática. Segundo Pereira, a praga misteriosa que assolava os sertanejos deve ser interpretada como uma metáfora referente à herança racial deixada pela escravidão. Para Coelho Neto, a nação republicana deveria pensar e agir em relação a essa parte incivilizada da população que agora se encontrava livre e que oferecia um grande desafio para a recém instaurada República.

De modo geral, este capítulo apresentou por meio dos escritos de Afonso Arinos e Coelho Neto como a intelectualidade brasileira concebia o sertão e seu povo. Compreender isto é importante para ter noção sobre quais eram as referências e imagens que a elite intelectual tinha sobre o interior do país. Ao escreverem sobre as favelas em alusão ao sertão, podemos supor que os jornalistas usavam como referência o interior que conheciam através da literatura. Antes de vermos como os jornais mobilizavam a opinião pública em relação às favelas, vale a pena compreendermos o contexto social que permitiu que os morros centrais da cidade do Rio de Janeiro se tornassem habitados pela população pobre.

2. Panorama da habitação popular no Rio de Janeiro durante o século XIX.

⁴⁵ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Coelho Netto: um antigo modernista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p.199

⁴⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, *Ibidem*, p. 200

A história da cidade do Rio de Janeiro é intrínseca às suas montanhas, desde sua fundação com a ocupação do morro do Castelo em decorrência do episódio da invasão francesa no século XVI, em que o local teve papel fundamental como fortaleza e posteriormente se tornou o primeiro núcleo habitacional da cidade. O Rio de Janeiro ao longo do tempo manteve uma relação de dependência em relação aos morros usando-os como local de habitação e/ou como fonte de matérias primas para suas construções, pavimentação e ornamentos através da exploração de pedreiras. Em suma,

foi forjada numa dura luta contra o pântano, a montanha e o mar. A cidade antiga era balizada pela presença de quatro morros: Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição, e as primeiras vias da cidade foram construídas presas ao sopé dos morros para evitar o brejo. A expansão da cidade se fez sobre uma planície encharcada através de sucessivos desmontes de morros, drenagem e aterro de brejos e lagoas⁴⁷.

As montanhas foram comumente utilizadas como refúgio da população nas circunstâncias de necessidade como no caso dos escravizados fugidos que se escondiam nos quilombos, assim como no período crítico das epidemias que assolaram a cidade durante anos no século XIX, que fez com que os abastados migrassem para os morros de Santa Tereza e Glória fugindo do centro empestado. Foi também naquele momento que os pobres começaram a habitar as montanhas centrais, no entanto, esse movimento era ainda uma exceção à regra habitacional.

Neste capítulo será abordado como a crise habitacional prejudicou a população mais pobre da cidade e como a situação se tornou agravada pela atribuição das habitações populares como principais disseminadoras das doenças epidêmicas que castigavam a capital e com a reconfiguração urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos que tornou ainda mais difícil a sobrevivência da classe trabalhadora na capital. A migração para os morros e o surgimento das primeiras favelas formam um processo comumente atribuído como consequência ao Bota Abaixo, mas veremos

⁴⁷ ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.29

que o processo de habitação dos morros centrais já vinha ocorrendo desde décadas antes.

2.1. As habitações coletivas e a condenação da pobreza.

A cidade se apertava ocupando um perímetro urbano delimitado pelos morros de São Bento, do Castelo, da Conceição e de Santo Antônio e segundo Maurício de Almeida Abreu, as distinções de classe diziam respeito menos a localização das residências e mais em relação a sua estrutura pois a *“falta de meios de transporte coletivo e a necessidade de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros”*⁴⁸. O expressivo crescimento populacional ocorrido durante o século XIX – entre 1872 e 1890 a população dobrou de tamanho ⁴⁹ - gerou um complicado problema social uma vez que o número de habitações não era proporcional ao de habitantes e para piorar, houve uma diminuição de sua disponibilidade, devido ao surgimento de atividades dos setores secundários e terciários na cidade.

O déficit habitacional afetava majoritariamente os mais pobres que faziam parte de $\frac{1}{4}$ da população total ⁵⁰ e que sobreviviam se apinhando nas moradias coletivas que se multiplicavam pela região central. Quanto a isto, é importante contextualizar que o Rio de Janeiro de então era uma cidade escravocrata, totalmente dependente da mão de obra escrava que era responsável por toda a produção e execução de serviços cotidianos. O desgaste do sistema escravista exemplificado pela adoção de leis que permitiram uma gradual e lenta libertação dos escravizados associado à chegada de imigrantes internacionais e migrantes nacionais formou um enorme contingente de pessoas desfavorecidas na capital do Império que habitavam cômodos minúsculos e mal ventilados do centro da cidade. Isto ocorria baseado na necessidade que essas pessoas tinham de morar na

⁴⁸ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ed Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p. 35

⁴⁹ Abreu, Maurício de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre a origem das favelas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador. Anais... Salvador: ANPUR, 1991.n.15, 1995. p.484

⁵⁰ Ibidem

região central onde havia mais chances de se conquistar a sobrevivência diária.

A região central constituía o maior mercado de trabalho formal e informal da cidade. A dependência da centralidade se agravava ainda mais pela precariedade do transporte em direção ao subúrbio, o que tornava bastante oneroso se deslocar diariamente e fazia com que a população trabalhadora não tivesse muitas opções. Uma das práticas mais comuns nos períodos de crise habitacional era alugar quartos de uma casa particular para terceiros. Além disso, havia as estalagens, que eram grupos de pequenas casas térreas enfileiradas, de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo e as casas de cômodos, que eram casas subdivididas internamente, ambas a fim de serem alugadas. Existiam também as avenidas - espécies de cortiços melhorados -, os precários chalés de madeira e casebres e até mesmo espaços como o sótão e o porão era utilizados como moradia.

Segundo Sidney Chalhou, o critério principal que definia uma habitação coletiva era o "*juízo do observador*"⁵¹ que subjetivamente analisava os locais e os definiam como tal. Para Everardo Backheuser⁵², os cortiços eram os lugares "*onde se penetra com o lenço ao nariz e de onde se sai cheio de náuseas*"⁵³ enfatizando, portanto, a falta de condições sanitárias como uma de suas características principais. O termo cortiço funcionava não só como uma designação, mas principalmente como uma forma de estigmatizar essas habitações que eram não só "*todas as que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno, etc., indivíduos de famílias diversas constituindo unidades sociais independentes*"⁵⁴ mas aquelas superlotadas, onde as condições de higiene eram precárias e vivia uma população indesejada, vista como um perigo social.

⁵¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.38

⁵² Foi um engenheiro, geólogo, geógrafo, escritor, jornalista e político. Assumiu o cargo de Secretário de Gabinete do prefeito Inocêncio Serzedelo Corrêa (1909-1910) e foi deputado federal entre 1910 e 1915.

⁵³ *Op. Cit.* p.38

⁵⁴ *Ibidem*, p.39

Os moradores dos cortiços eram em sua maioria não brancos e estrangeiros. Segundo dados de 1869, 56,1% de seu total eram imigrantes estrangeiros⁵⁵. A suposição de que o restante seria composto por negros e mestiços em sua maioria se baseia no fato de que muitos recém libertos habitantes da cidade e vindos das regiões cafeeiras habitavam as habitações populares. Aliás, antes do fim da escravidão ser decretado, os locais eram acusados de serem “*asilo de escravos fugidos, em detrimento de seus possuidores para jogos e outros atos imorais e prejudiciais*”⁵⁶, o que os tornava alvo de grande preocupação e denúncia.

As habitações populares eram difamadas e acusadas de serem um antro de desordeiros e criminosos e cenário de crimes e promiscuidade. O modo de vida de seus moradores era condenado moralmente, as mulheres eram acusadas de serem preguiçosas e promíscuas, os homens eram descritos como igualmente avessos ao trabalho e proporcionalmente dispostos a entrar em brigas. Essa visão estigmatizada era exposta pela imprensa, pelos parlamentares em seus discursos e pela intelectualidade em seus escritos. De modo geral, os cortiços eram um negócio bastante lucrativo para os corticeiros, um mal necessário para aqueles que neles viviam e um sério problema para as autoridades sanitárias e policiais.

O julgamento moral aplicado aos moradores das habitações coletivas estava pautado na criminalização da pobreza que via os mais pobres como elementos das “*classes perigosas*”. Esta expressão, ao que tudo indica, surgiu na primeira metade do século XIX na Inglaterra e referia-se “*aos indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei*”⁵⁷. No contexto do Rio de Janeiro do século XIX, os habitantes dos cortiços eram alvo de uma suspeição generalizada que é a essência da expressão “*classes perigosas*”. Os pobres seriam por excelência maus exemplos,

⁵⁵ ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.46

⁵⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.26

⁵⁷ *Ibidem*, p. 20

uma antítese do bom cidadão virtuoso. Este, por sua vez, era o homem disposto a trabalhar, adepto do hábito da poupança que por consequência lhe permitia desfrutar de um bom conforto. Os pobres seriam aqueles avessos ao trabalho, visto como o pior vício possível e por isso, não prosperavam, viviam em circunstâncias deploráveis por sua própria incompetência e eram vistos como malfeitores perigosos.

Esse tipo de associação lógica da pobreza ao perigo social culminou na perseguição aos moradores de cortiços pelas autoridades durante. Ademais, segundo Chalhoub,

as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. (...) Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. (...) houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.⁵⁸

Além de serem vistos como uma ameaça social, os cortiços se tornaram ainda mais perseguidos a partir do momento que recaiu sobre eles a culpa pela proliferação das doenças que assolavam a cidade. Quanto a isto é importante ressaltar que já em 1843, em decorrência de uma epidemia de febre escarlatina, a Academia Imperial de Medicina sugeriu combater os cortiços como um mecanismo de controlar a doença, porém o combate às habitações populares como uma ferramenta de ação sistemática de controle epidêmico só aconteceu a partir da década de 1870.

2.2. O discurso higienista e o aumento da hostilidade com os pobres.

No final de 1849, ocorreu na cidade a primeira epidemia de febre amarela e em decorrência disso foi criada a Comissão Central de Saúde Pública cuja função era atacar a doença estabelecendo medidas rígidas

⁵⁸ *Ibidem*, p. 33

de higiene. A partir da década de 1850, a cidade passou a enfrentar recorrentes surtos da doença⁵⁹, além da cólera, da varíola e da tuberculose. Até mesmo o imperador dom Pedro I e sua esposa, a imperatriz Tereza Cristina, foram atingidos pela febre amarela na epidemia de 1850 que vitimou fatalmente seu filho de um ano e meio. O ineditismo da doença gerou inúmeras especulações acerca dos motivos de sua existência. Havia a visão religiosa que compreendia a epidemia de febre amarela como castigo divino e a visão científica que se dividia entre os que achavam que a doença era transmitida pelo contágio e os que defendiam a transmissão através de infecção.

A Comissão Central de Higiene, criada em 1850 e transformada posteriormente em Junta Central de Higiene Pública, era responsável por aconselhar e formular as políticas higienistas que deveriam ser postas em prática pelo governo imperial. No geral, o entendimento era de que as doenças se proliferavam devido a negligência em relação à questão da higiene e da limpeza na cidade. Os infectologistas acreditavam que havia um veneno ou foco de infecção que causava as doenças. A princípio julgou-se que esse tal veneno ou foco de infecção seria exclusivo ao Rio de Janeiro, porém a manifestação de epidemias de febre amarela em Salvador e outras cidades litorâneas ao mesmo tempo, fez com que a ideia de que a doença se tratava de um “mal da cidade” tenha caído por terra. Com isso, fez-se necessário mudar as estratégias de investigação das causas da febre amarela.

Ao perceberem que a população negra, no geral, era menos vitimada que os brancos, passou-se a cogitar que os navios negreiros seriam os responsáveis por trazer o “veneno” para a cidade. Segundo dados do 1º Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitário de 1890, a febre amarela, a varíola, a tuberculose e a malária haviam causado mais de mil óbitos por ano e dentre as vítimas fatais da febre amarela, 95% eram imigrantes.⁶⁰ Além disso, havia o entendimento religioso que julgava que as epidemias

⁵⁹ A epidemia assolou a população entre 1850 e 1862 e retornou em 1868 só sendo eficientemente combatida por Oswaldo Cruz já no início do século XX

⁶⁰ ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.46

seriam um castigo divino enviado à cidade em resposta a crueldade imposta pela escravidão. Segundo os médicos sanitaristas brasileiros envolvidos nas investigações, os africanos resistiam melhor às epidemias por terem se aclimatado a ele em suas regiões de origem, enquanto, por outro lado, os imigrantes europeus recém chegados sucumbiam facilmente ao flagelo por não terem desenvolvido a aclimação.

No entanto, a partir da década de 1870, os cortiços substituíram os navios negreiros como alvo principal dos sanitaristas que passam a identificá-los como foco das doenças que assolavam a cidade. Com isso, se deu início a uma sistemática perseguição às habitações populares visando dar fim às epidemias recorrentes sem preocupação com os desabrigados. O primeiro passo institucionalizado neste sentido foi dado com a postura de 5 de dezembro de 1873 que determinava que “*não serão mais permitidas as construções chamadas ‘cortiços’, entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento*”.⁶¹ Em setembro de 1876, outra postura reforçava a determinação e esclarecia que a proibição valia mesmo nos casos em que os proprietários afirmassem que as construções se tratassem de “*casinhas ou nomes equivalentes*”.⁶²

As soluções apontadas giravam em torno da erradicação das moradias coletivas, mas, uma vez que fossem demolidas as habitações dos pobres, onde eles iriam morar? O déficit habitacional se tornou ainda pior em decorrência das restrições graduais que foram sendo impostas aos cortiços. Além disso, muitos eram fechados sob a alegação de que descumpriam as medidas sanitárias. Uma das consequências desse processo foi uma hiper lotação ainda mais grave dos cortiços existentes e o deslocamento de pessoas para os morros centrais num momento anterior à gênese das favelas ocorrida no final do século XIX. Sobre isto discorreremos melhor mais adiante, por ora vale salientar que a política de perseguição aos cortiços gerava o agravamento do problema habitacional.

⁶¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.34

⁶² Ibidem

O discurso higienista defendia como emergencial a adoção de medidas intervencionistas tais quais a abertura e o alargamento de vias, melhorias no saneamento da cidade e a extinção de moradias precárias em que não havia circulação de ar adequada nem a mínima estrutura sanitária. Os higienistas tinham as autoridades policiais como aliados nas incursões e fiscalizações que eram muitas vezes truculentas. Os moradores atingidos, por sua vez, não puderam contar com o auxílio do Estado imperial no que tange a construção de moradias populares.

Em dezembro de 1882, o poder legislativo imperial chegou a decretar⁶³ a isenção de impostos aduaneiros e alfandegários às firmas “*que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevados do solo e com boa areação*”.⁶⁴ Embora tenham havido interessados, até fins do século XIX apenas poucos empresários se interessaram em de fato construir habitações populares para os trabalhadores.⁶⁵ Segundo Lilian Fessler Vaz,

para garantir as condições de higiene, a nova moradia deveria incorporar inovações técnicas e sanitárias de alto custo. Para garantir as condições de ordem, moralidade e disciplina a moradia deveria ser ampla, iluminada, arejada e com número moderado de ocupantes, com mais elementos de uso privativo e menos elementos de uso coletivo, além de permitir facilidade de controle sobre seus moradores. Para que este modelo se tornasse real, o custo seria altíssimo e incompatível para o consumo das classes trabalhadoras. Para torná-las também baratas e acessíveis aos destinatários eram imprescindíveis facilidades e isenções.⁶⁶

O discurso higienista aqueceu sobremaneira o mercado imobiliário da cidade. Os grupos empresariais do ramo construtor e imobiliário viram abertas grandes oportunidades de expansão com a condenação dos cortiços que muitas vezes se localizavam em locais bastante valorizados

⁶³ Decreto Legislativo nº 3.151 de 9 de dezembro de 1882

⁶⁴ ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução. In: *Revista do Rio de Janeiro*. nº10, 2003. p. 167

⁶⁵ Foram quatro fábricas têxteis (Corcovado, Aliança, São João e América Fabril); um banco (Banco dos Operários); e duas companhias de construção civil em associação com o capital financeiro (Companhia Evonêas Fluminense e Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro)

⁶⁶ VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 24, n. 127, 1994. p.584

do centro. A ideologia higienista legitimava os interesses desses empresários ao defender a demolição das habitações coletivas como solução para o fim da aglomeração de pessoas em meio à insalubridade. O problema estava, no entanto, na ausência de medidas balanceadoras no que diz respeito a criação de alternativas para os que eram diretamente atingidos.

Com a chegada da República, houve o recrudescimento das medidas contra os cortiços. Em junho de 1890, o decreto 762, de 1º de junho de 1890, permitia a existência de habitações coletivas apenas nas freguesias da Gávea, Engenho Velho, São Cristóvão, Inhaúma e Irajá todas distantes do efervescente centro. Três anos depois, a derrubada do maior cortiço da cidade, o Cabeça de Porco, significou o maior marco simbólico dessa batalha. O seu curioso nome fazia referência a uma enorme cabeça do tal animal existente no arco central da entrada. As arcadas com cabeças de animais eram comuns nas entradas das propriedades antigas da cidade, como os solares e chácaras. Por isso, talvez o cortiço tivesse sido uma dessas construções anteriormente.

Segundo o Gazeta de Notícias, viviam cerca de 4.000 pessoas no cortiço.⁶⁷ Na prática, o Cabeça de Porco parecia mais um bairro devido à grande quantidade de moradores e a uma ativa dinâmica com inúmeras pessoas circulando no seu dia a dia tendo inclusive pequenos comércios internos. A população do cortiço era descrita como sendo composta pelos piores tipos possíveis. O local seria o antro dos ladrões, meretrizes, assassinos e capoeiras. Estes últimos merecem destaque especial pois teria sido justamente o fato do cortiço se tratar de um reduto de capoeiras que afastou durante algum tempo a possibilidade da demolição. Quando a investida a fim da demolição do cortiço teve início, um grande número de capoeiras havia sido deportado para a prisão em Fernando de Noronha por ordem do chefe de polícia Sampaio Ferraz, o que talvez explique o sucesso na execução dos planos da Prefeitura.

⁶⁷ NEGREIROS, Richard de Paula. Semente de Favela: Jornalistas e o espaço urbano da capital federal nos primeiros anos da república. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Minas Gerais, v. 6, n.1, 2004. pg.17

Em 21 de janeiro de 1893, os proprietários receberam a intimação para que eles mesmos demolissem seus prédios, no prazo de cinco dias, com a desculpa de que se tratava de construções em estado ruinoso e sem licença para existir. O decreto municipal que permitiu a demolição do Cabeça de Porco foi baixado em 26 de janeiro de 1893. A expulsão dos moradores foi promovida pelo poder municipal acompanhado de 50 praças de infantaria da polícia - responsáveis por fechar a entrada principal -, de um piquete de cavalaria posicionado das ruas transversais e outros praças ocuparam a saída dos fundos. Todo esse aparato tinha como missão abafar qualquer tipo de resistência por parte dos moradores e permitir finalmente a execução de um plano que já vinha sendo desenhado há bastante tempo.

O pretexto oficial utilizado pelas autoridades municipais para dar fim ao cortiço foi a proposta de prolongamento de ruas da região e a abertura de um túnel (atual túnel João Ricardo). A Empresa Melhoramentos do Brasil que tinha como diretores Vieira Souto e Carlos Sampaio⁶⁸ foi a responsável pelo envio de 40 operários que auxiliaram na demolição. Essa mesma empresa realizou as obras de abertura do mencionado túnel e adquiriu o direito de exploração de carris nas ruas adjacentes, direito de pedágio do túnel por mais trinta anos, desapropriação de prédios e terrenos, além de cessões gratuitas de prédios públicos.⁶⁹ Desse modo, fica bem claro como a perseguição sistemática aos cortiços ia de acordo com os interesses dos empresários do ramo imobiliário que adquiriam grandiosos benefícios.

Do episódio de demolição do cortiço Cabeça de Porco destacam-se duas consequências: a primeira diz respeito ao fato de que mesmo em meio a uma grave crise de moradia a prefeitura tenha tomado a iniciativa de demolir a maior habitação coletiva da cidade, deixando sem ter onde morar um grande número de pessoas deixando clara a repulsa das autoridades às classes populares e o desleixo com seu destino. A segunda

⁶⁸ Posteriormente foi eleito prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1920-1922) e seu governo entrou para a história pela execução do arrasamento do morro do Castelo

⁶⁹ NEGREIROS, Richard de Paula. Semente de Favela: Jornalistas e o espaço urbano da capital federal nos primeiros anos da república. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Minas Gerais, v. 6, n.1, 2004., pp.19-20

consequência foi a suposta permissão dada pelo próprio prefeito Barata Ribeiro que permitiu que os moradores retirassem as madeiras oriundas da demolição a fim de que fossem reutilizadas em suas novas moradias. Há indícios de que alguns moradores imediatamente após ficarem sem ter onde morar aproveitaram o material disponível e construíram barracões no morro da Providência.⁷⁰

Apesar da extinção do maior cortiço da cidade ter representado uma grande vitória para as autoridades, isto de modo algum determinou o fim das habitações coletivas na cidade. Elas continuaram existindo do mesmo modo que o recrudescimento contra os cortiços seguiu avançando sempre amparado pelo poder legislativo. Em 1903, foi decretada⁷¹ pelo prefeito Pereira Passos a proibição de novas construções e o impedimento de novas obras, reformas ou consertos que permitissem a manutenção dos cortiços. O governo Passos, por sua vez, representou o auge da perseguição às moradias coletivas ao executar uma reforma urbana que foi “o primeiro grande exemplo de intervenção direta, maciça e abrangente do Estado sobre o espaço urbano carioca”.⁷²

2.3. Reforma Passos: reformando a cidade e construindo a civilidade.

Os planos de reformar a cidade não eram inéditos, em 1882, o engenheiro Paulo José Pereira apresentou ao parlamento um projeto de reurbanização urbana. A execução da tarefa, no entanto, só ocorreu no período republicano, durante o mandato do prefeito Pereira Passos (1902-1906). O objetivo era transformar o Rio de Janeiro num verdadeiro cartão postal, honrando o título de capital republicana, pondo fim ao seu aspecto colonial e transformando-a numa cidade moderna. A cidade deveria ser o símbolo máximo do que o novo regime queria expressar: modernidade, progresso material e ordem pública. Na prática, apesar de se tratar do maior centro cultural, econômico e político do país, o Rio de Janeiro anterior à reforma era sujo, empestado e desordenado. Havia

⁷⁰ VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 23.

⁷¹ Decreto nº 391 (10 de fevereiro de 1903)

⁷² ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução. In: *Revista do Rio de Janeiro*, nº10, 2003, p. 173

um claro anacronismo entre aquilo que a cidade representava e a sua estrutura urbana.

As autoridades desejavam não só remodelar a urbe, mas também os hábitos e gostos da população que deveriam ser alinhados ao estilo europeu. O objetivo era transformar o Rio de Janeiro numa Paris dos trópicos. Outra meta da reforma urbana era dar fim ao aspecto insalubre da cidade e às epidemias recorrentes. Para isso a demolição das habitações coletivas era vista como algo imprescindível. Isto, por sua vez, era fundamental do ponto de vista dos articuladores da reforma também por ser uma maneira de remover do centro da cidade aquelas pessoas que representavam a antítese do padrão comportamental esperado. O centro do Rio deveria ser o antro da civilização e do progresso, sendo frequentado por pessoas que se comportassem de maneira condizente.

A reforma Passos agiu como um mecanismo que potencializou a estratificação da cidade dividindo-a em territórios com destinação específica: consumo, residência, moradia, produção etc. Embora seja sempre associada quase que exclusivamente a Passos, também houve participação do governo federal. A União foi responsável pela abertura da Avenida Beira Mar, que ligava Botafogo ao Centro, de uma avenida que ligava o Passeio Público ao Centro, pelo alargamento de uma série de ruas e pelas importantíssimas obras de revitalização do porto e de abertura das avenidas Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Central. Esta última, talvez o resultado mais famoso e memorável da reforma, teve sua inauguração, em 1904, como um marco devido a sua grandiosidade estonteante.

A partir de sua inauguração, a avenida Central serviu de vitrine para a nova cidade que tomava forma. Aquele pedaço do centro do Rio era a síntese do que se queria para a cidade como um todo, ou seja, um espaço limpo, moderno, arejado e bonito. A avenida também servia de passarela para que desfilassem os homens e mulheres da cidade bem vestidos e de comportamento concomitante à nova ordem. Por lá também circulavam os automóveis que davam ênfase ao clima de progresso material. Além disso, na avenida se encontravam as melhores lojas, os prédios dos jornais e das grandes companhias, clubes e hotéis.

Com dito anteriormente, a remodelação tinha como alvo não só a cidade, mas também seus habitantes. Com isso, temos exemplos que beiram o absurdo como a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas. Essa atitude ganha uma dimensão ainda mais importante se levarmos em conta a parte da população que era escrava até poucas décadas antes e que se distinguiam da população, entre outras coisas, por não usarem sapatos. Desse modo, a obrigatoriedade do uso de paletó e sapato indica uma clara intenção de apagar a herança de cidade colonial escravista. Além disso, houve perseguição às manifestações religiosas e culturais populares, como a proibição das festas de Judas e o combate policial aos candomblés, feiticeiros, curandeiros e mendigos. O carnaval igualmente não escapou, sendo desejado que a partir de então fosse marcado pelos pierrôs, colombinas e arlequins. A fim de garantir que isso acontecesse, as autoridades impuseram restrições às fantasias e se passou a fiscalizar o comportamento dos foliões.

Como consequência das obras, foram derrubados inúmeros prédios, o que resultou na retirada de milhares de pessoas. Além do fator das demolições outros motivos complicaram a vida da população. A especulação imobiliária resultante da valorização do solo foi um dos piores resultados e ganhava força também pelo fato de haver uma demanda por moradia muito maior do que a oferta. Com isso, os aluguéis se tornaram altíssimos e a disputa por um teto era acirradíssima. Para piorar, entraram em voga novos impostos relativos aos serviços públicos (iluminação elétrica, calçamento, esgoto etc.) e novas restrições e normas arquitetônicas direcionadas às construções que impunham gastos aos proprietários para que pudessem se adequar.

A reforma Passos potencializou os contrastes estruturais e sociais da cidade e novamente não houve a execução de medidas que promovessem algum tipo de ressarcimento aos que foram afetados diretamente pela intervenção municipal. Embora tenha sido promulgada a Lei nº 1.162, em 28 de dezembro de 1907, concedendo favores para aqueles que construíssem casas para os operários e no ano seguinte o Decreto nº 1.193, de 12 de junho, tenha autorizado o prefeito a abrir concorrência

“para o arrendamento das Vilas Operárias construídas na Avenida Salvador de Sá e no beco do Rio”⁷³, a insuficiência de moradias para os trabalhadores pobres permaneceu fazendo parte da injusta realidade da capital republicana.

2.4. As consequências da remodelação urbana da cidade.

Uma vez que as opções de moradia se tornaram ainda mais escassas, os subúrbios teoricamente entrariam em cena como a opção mais viável para os pobres. De fato, houve um crescimento populacional expressivo na região suburbana da cidade. Entre 1890 e 1920, o Rio de Janeiro passou de 522.651 habitantes para 1.157.873, o que significou um aumento de 121,5%.⁷⁴ A região suburbana durante o mesmo período cresceu extraordinários 288%⁷⁵, número muito maior do que o crescimento da população da área urbana que foi de 85%.⁷⁶ Este crescimento não foi maior devido a regulamentação municipal que decretou em 1903⁷⁷ o fim da liberdade de construção nas regiões suburbanas. A partir de então a construção, reconstrução, acréscimos e consertos exigiam plantas e construtores legalmente habilitados e era necessário cumprir diversos requisitos referentes à altura, recuos, encanamentos, entre outros.

O subúrbio teve seu desenvolvimento intrínseco à criação e expansão das linhas férreas que rasgavam a cidade desde a inauguração da estação Central do Brasil em 1858. A chegada do trem esteve atrelada ao surgimento de bairros como Engenho de Dentro, Méier, Cascadura, Bonsucesso, Brás de Pina, Olaria, Madureira a partir da antiga Estrada de Ferro Dom Pedro II; enquanto a ferrovia Leopoldina (antiga Estrada de Ferro do Norte, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo) se relacionou com a criação dos bairros: Leopoldina, Brás de Pina, Bonsucesso, Olaria e Ramos; e a Linha Auxiliar (Estrada de Ferro Central do Brasil que interligava o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas) vinculou-se ao surgimento

⁷³ MIYASAKA, Cristiane. Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. pg. 103

⁷⁴ *Ibidem*, p. 35

⁷⁵ *Ibidem*

⁷⁶ *Ibidem*

⁷⁷ Decreto nº 39 de 10 de fevereiro de 1903

dos bairros: Del Castilho, Jacarezinho, Pilares, Rocha Miranda e Barros Filho.⁷⁸

Se levarmos em conta como bairros suburbanos aqueles que se localizavam distantes do centro, as freguesias da atual zona sul também eram consideradas parte do subúrbio e este seria

aquele lugar distante do centro, divisa entre o rural e o urbano, mas que não chega a ser considerado periferia. E essa distância não é apenas geográfica, mas também social, econômica e cultural. Um território em que os avanços tecnológicos e o interesse público pelo desenvolvimento chegam com atraso⁷⁹.

É importante ressaltar que até o século XIX o subúrbio não sofria com a conotação negativa de redutos dos mais pobres, lugar distante e atrasado. Pelo contrário, os arrabaldes mais distantes eram área de moradia dos abastados que ali viviam em suas chácaras, *chalets* e casarões. A conotação do subúrbio como região popular, destinada aos operários, migrantes nordestinos, ex-escravizados, despejados dos cortiços etc., foi construída a partir do loteamento de terras que posteriormente se tornaram habitadas por pessoas de classes menos favorecidas. Esse processo variou de acordo com a região e época. Segundo Leonardo Soares Santos, ele começou a acontecer a partir da década de 1870 onde hoje ficam os bairros de São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel e Piedade e, a partir de 1890, passou a ocorrer na região do Méier, Madureira, Engenho Novo e Inhaúma.

No seguinte trecho da crônica de Lima Barreto, escrita na década de 1920, o autor dá pistas sobre esses tempos áureos das terras suburbanas e lamenta a situação de então:

os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardimzito liliputiano de plegada e meia; e as de gente pobre não têm coisa alguma. Antigamente, pelas vistas que ainda se encontram, parece que não era assim. Os ricos gostavam de

⁷⁸ MAIA, João Luiz Araújo; CHAO, Adelaide Rocha de La Torre. Subúrbio carioca: conceitos, transformações e fluxos comunicacionais na cidade. In: *Comunicação e Cultura (UCS)*, v.15, n.29, p.9

⁷⁹ Ibidem

possuir vastas chácaras, povoadas de laranjeiras, de mangueiras soberbas, de jaqueiras, dessa esquisita fruta-pão que não vejo e não sei há quantos anos não a como assada e untada de manteiga. (...) Os subúrbios e arredores do Rio guardam dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações.⁸⁰

Apesar da atribuição de região popular dada ao subúrbio, vale ressaltar que para viver distante do centro e se deslocar todos os dias pagando a tarifa do trem, habitar os arrabaldes afastados se mostrava algo oneroso. Viver na região suburbana se tornou ainda mais caro a partir do já mencionado decreto que proibiu a livre construção na região, ainda assim, houve um aumento demográfico bastante expressivo. Em 1890, a população total da área urbana somava 425.386 habitantes, enquanto nos subúrbios viviam menos de 100.000 pessoas.⁸¹ Em 1906, logo após a conclusão das obras da reforma Passos, a população urbana pulou para 621.933 habitantes e a área suburbana passou a ter 183.402 habitantes (aumento de 97,4%).

Dentro desse novo panorama demográfico impulsionado pelas obras realizadas no centro, o distrito de Inhaúma se tornou o mais populoso da cidade, passando de pouco mais de 17mil habitantes em 1890 para quase 68 mil em 1906, o que configura um aumento de 286,7%. Segundo Cristiane Miyasaka, o aumento demográfico gradativo que ocorreu a partir das últimas décadas do século XIX e seguiu firme com a chegada do século XX, foi mais expressivo nos distritos que eram rasgados pela linha férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil, pois isso permitia uma locomoção mais facilitada e barata para aqueles que deslocavam todos os dias para o centro.

O aumento populacional trouxe para o subúrbio não só vários novos moradores, mas também muitos problemas para uma região que de uma só vez recebeu um fluxo de pessoas enorme sem que proporcionalmente

⁸⁰ BARRETO, Lima. BARRETO, Lima. *Toda crônica*. RESENDE, Beatriz e VALENÇA, Rachel (orgs.). Rio de Janeiro: Agir, 2004. p.129

⁸¹ O número exato era de 92.906 habitantes. MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.pg. 47

tenham sido tomadas providências a fim de atender às suas demandas. O seguinte trecho de uma queixa encontrada no jornal *Echo Suburbano* nos dá um resumo da situação enfrentada pelos suburbanos:

Uma casa que outrora não custava ao contribuinte mais de cinquenta mil réis, hoje não se encontra por setenta, oitenta, cem mil réis e mais. Entretanto os impostos continuam a ser os mesmos, não há esgotos, não há muitas vezes água, nem luz. O que há é apenas o ganancioso abuso de querer o proprietário ganhar mais, sempre mais, o quanto for possível ser.⁸²

Viver nos subúrbios não era fácil nem barato e para uma grande parte da população habitar longe do centro não era viável, pois não conseguiam arcar com as despesas de aluguel e transporte. Com isso, muitos pobres permaneceram vivendo nas habitações coletivas que resistiram ou fizeram nos morros do centro seu novo endereço. O aparecimento de inúmeros barracos nas montanhas centrais se tornou cada vez mais corriqueiro a partir da virada do século XX, no entanto, esses morros já vinham sendo habitados desde o século XIX, décadas antes da chegada dos soldados retornados de Canudos se instalarem no morro da Providência, episódio que costuma ser narrado como um marco fundamental para a gênese da favela carioca.

2.5. A presença de habitações nos morros centrais durante o século XIX.

Segundo Rafael Almeida Gonçalves, desde o século XVIII e durante todo século seguinte,

as florestas das montanhas do Rio de Janeiro já abrigavam inúmeras aglomerações de mocambos, casas de taipa, casas de pau-a-pique, enfim, casebres de todo tipo (...). Corcovado, Catumbi, Santa Teresa (então morro do Desterro), os morros de Laranjeiras, o morro do Castelo, as montanhas em torno da Lagoa e da Gávea e, especialmente, os morros da Tijuca e do Andaraí; enfim, boa parte dos morros onde hoje encontramos favelas já estava ocupada por essas pequenas aglomerações de habitações populares⁸³.

Em 1838, consta em uma das páginas do jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁸⁴ o aviso de que a coleta da décima urbana seria feita nas praias

⁸² *Echo Suburbano*, 26 de julho de 1911

⁸³ *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de agosto de 1838

⁸⁴ A resignificação do mito de origem da favela pela arte de Maurício Horta. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, jul./dez de 2019, n° 46, pp. 47-48

do Lasareto e Gamboa, ruas do Saco, União, Caminho Velho, Bom Jardim, entre outras, além do morro da Providência. A décima urbana, era um imposto predial arrecado anualmente cujo cálculo era feito de acordo com o rendimento líquido dos prédios alocados e, no caso dos habitados pelos proprietários, a renda era presumida em arbitramento. A nota solicita que os locatários tivessem em mãos “os *competentes recibos ou arrendamentos, para serem vistos e examinados na forma da lei*” e na mesma ocasião seria feita “o *lançamento da taxa anual sobre os escravos, estabelecida pela lei de 31 de outubro de 1835, e do imposto também anual sobre as lojas, carruagens e barcos, conforme a lei de 22 de outubro de 1836.*”

A fonte relata o conhecimento por parte das autoridades acerca da existência de moradias no morro da Providência, o que se torna óbvio por se tratar justamente do aviso de que um imposto legal seria cobrado daqueles que habitavam o local. A seguir serão expostos mais relatos que indicam a existência de moradias nos morros centrais. Em 1856, por exemplo, um apelo foi feito no *Correio Mercantil*: “*Pedem-nos que chamemos a atenção da autoridade (...) o morro da Providência, onde mora muita gente, e onde não há nem iluminação, nem água, nem asseio, nem polícia.*”⁸⁵ No ano seguinte, no mesmo jornal, encontra-se um agradecimento feito por conta da instalação de lampiões no local “*para conforto e segurança dos moradores*”⁸⁶, porém, embora o “morador agradecido” demonstrasse satisfação com a melhoria, o mesmo pede que a câmara mande calçar as vias do morro. Três anos depois, há na primeira página do mesmo periódico a seguinte reclamação:

O morro da Providência continua, em maior escala do que antes, a servir de depósito de imundícies. Pedem-nos que roguemos ao respectivo fiscal (...) de dar por ali um passeio para ver com os próprios olhos.⁸⁷

Os exemplos acima permitem constatar não só a existência de moradias no morro da Providência décadas antes do que geralmente se divulga como data do início de sua ocupação, mas nos permite supor que

⁸⁵ *Correio Mercantil*, “Notícias Diversas”, 21 de junho de 1856

⁸⁶ *Correio Mercantil*, “Morro da Providência”, 19 de julho de 1857

⁸⁷ *Correio Mercantil*, “Notícias diversas”, 20 de março de 1860

embora o contingente populacional não fosse enorme, ele era grande o bastante para demandar estrutura urbana e usou da imprensa como uma forma de apelar às autoridades visando melhorias. Isto nos permite também concluir que essas habitações morro acima não viviam em segredo, pelo contrário, uma vez que faziam parte da lista de localidades das quais eram cobrados tributos.

Em 1852, Domingo Martins Guerra submeteu a tese “*Os morros do Castelo e Santo Antônio são úteis ou nocivos à saúde pública? Durante o desmoronamento destes morros correria a cidade algum perigo?*”⁸⁸ à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo Guerra, esses morros impediam a circulação dos ventos, portanto, sua demolição permitiria resolver este problema, além de reduzir a temperatura e impedir que a água da chuva corresse morro abaixo levando as imundícies oriundas da população que neles habitavam e que com a derrubada seriam dispersadas. Esses moradores desfrutavam de “*bom ar e excelente vista*” e sua existência decorria da necessidade. Antônio Correa de Souza, afirmou que

há uma parte de nossa população pobre, que, fugindo do centro da cidade (velha) onde as casas são mais caras, vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade.⁸⁹

A presença de moradias nos morros centrais, portanto, se iniciou décadas antes do fim da guerra de Canudos, mas deve-se ressaltar que esse tipo de habitação não consistia ainda como regra. É interessante ainda enfatizar que mesmo não se tratando ainda de locais com adensamento populacional, os moradores já eram alvo de um julgamento moral tal qual os moradores dos cortiços. Os morros do Castelo e de Santo Antônio deveriam ser arrasados, pois além dos benefícios para a saúde permitiriam a expulsão de “*vagabundos, facínoras, ladrões, [e] sobretudo desertores do serviço militar*”.⁹⁰

⁸⁸ GUERRA, Domingo Martins apud ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.29

⁸⁹ GUERRA, Domingo Martins apud ALMEIDA, Rafael Gonçalves, *Ibidem*, p. 30

⁹⁰ SOUZA, Antônio Correa de Souza apud GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2013. p.45

Naquele momento o recrudescimento da perseguição aos cortiços desalojou milhares de pobres que dependentes da centralidade como eram migraram para as montanhas. De um modo geral, a versão difundida acerca do surgimento das favelas ignora a existência de moradias nos morros antes da chegada dos soldados retornados de Canudos e atribui a estes o feito de terem iniciado a ocupação do morro da Providência, que, por sua vez, teria sido a primeira favela da cidade. Quanto a isto, muitas coisas podem e devem ser debatidas. Talvez um bom começo seja refletir sobre o que é uma favela.

A etimologia da palavra, porém, nos leva para outra definição, pois favela designa um arbusto espinhoso da família das euforbiáceas, presente na região nordestina. Euclides da Cunha assim as descreveu em *Os Sertões*:

as favelas, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus – talvez um futuro gênero cauterium das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa. Por um lado, a sua epiderme ao resfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência imaturável.⁹¹

Estabelecer a definição do que é uma favela é missão bastante difícil. Primeiro deve-se ter a noção clara de que as favelas não surgiram de um dia para o outro na cidade. Pelo contrário, os primeiros morros que passaram a ser chamados de favelas posteriormente já vinham sendo habitados há décadas. Como dito por Zyberberg, *“As favelas não nascem como plantas (...). Seu aparecimento se deve a razões bem concretas, ligadas ao processo de desenvolvimento econômico e às forças históricas em atuação.”*⁹² Portanto, é fundamental compreender as favelas como frutos do panorama social vigente durante o período em que seu processo de surgimento e disseminação ocorreu.

⁹¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.40.

⁹² ZYLBERBERG, Sonia (Org.). *Morro da Providência: memórias da “favela”*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. v. 1. (Coleção Memória das Favelas). p.19

As primeiras montanhas habitadas não configuravam favelas tais quais as que conhecemos hoje em dia, apesar de atenderem os critérios defendidos por Lilian Fessler Vaz como definidores do que são as favelas: adensamento, ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e de infraestrutura urbana⁹³, eles não são suficientes pois o que as define como tal não são apenas as suas características estruturais. Um artigo da revista *Careta* de 1907 é bastante útil para compreender isto. No texto o autor afirma não termos “*noção exata do que seja uma favela. Os historiógrafos e analistas da cidade explicarão o que era a Favela primitiva e como desse foco irradiaram outras que tomaram o nome.*”⁹⁴

Curiosamente o que esta pesquisa se esforça em contribuir é justamente isto, mas adiantamos que elaborar uma definição exata e definitiva do que são as favelas é o que menos importa, e sim refletir sobre como as tentativas de definição são falhas e sempre as associam negativamente a uma série de estereótipos. Essa conotação negativa desenvolvida acerca das favelas existe desde seu nascimento quando as associavam ao sertão devido ao seu mito de origem ser relacionado com a Guerra de Canudos.

Ainda no mesmo artigo da *Careta* lemos que favela “*quer dizer injustiça, impiedade, inconsciência, quer dizer miséria irremediável*”. Ademais, do ponto de vista do autor, “*as favelas não se extinguem; é uma grosseira ilusão supor que demolir barracões de taipa e folha de Flandres é acabar com elas (...) ao contrário, espalhar as favelas pela cidade inteira e reproduzi-las em cada canto*”. Anos depois, o urbanista Alfred Agache⁹⁵ definiu a favela como o “*conjunto de construções precárias que se encontravam nos morros do Rio de Janeiro*”.⁹⁶ Somente em 1937,

⁹³ VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 24, n. 127, 1994. p.590

⁹⁴ *Careta*, “As Favellas”, 26 de março de 1907

⁹⁵ Foi um arquiteto francês responsável pela formulação do plano urbanizador conhecido como Plano Agache elaborado no final da década de 1920 por solicitação do prefeito Antônio Prado Junior que não chegou a ser colocado em prática.

⁹⁶ AGACHE, Alfred. (1930), *Cidade do Rio de Janeiro: extensão — remodelação — embelezamento*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. p.139

houve uma definição oficial sobre as favelas. O artigo 349 do Código de Obras afirma serem elas “*conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto.*”⁹⁷

Todas essas tentativas de explicação do que se tratam as favelas datam de anos diferentes e partem de indivíduos/instituições com intenções e referências distintas. No geral, todas essas definições são insuficientes para dar conta de definir o que elas são, uma vez que cada uma carrega uma série de características - história, estrutura urbana, localização, índices sociais – que as tornam únicas. Embora as favelas, no geral, infelizmente compartilhem de problemas sociais e estruturais oriundos da displicência das autoridades - desde seu nascimento, diga-se de passagem – cada uma representa um universo singular. Se as favelas por si só são fruto da desigualdade, dentro delas mesmas há a estratificação social representada pelas localidades com melhor ou pior estrutura, pela população com maior ou menor renda ou anos de estudo, por exemplo.

O morro da Providência, geralmente apontado como a primeira favela do Rio de Janeiro, já teve vários nomes⁹⁸ e passou a ser chamado como tal por volta de 1850. Na verdade, a parte chamada Providência relacionava-se à parte mais próxima ao morro do Pinto, enquanto a parte que se limitava com o morro da Conceição ficou conhecida como Livramento. Assim como o nome, o próprio formato do morro, sua aparência, suas funções e seus moradores mudaram bastante entre meados do século XIX e início do século XX. Em conjunto com os morros vizinhos da Conceição, do Pinto, da Saúde, de São Diogo e de São Bento, o morro executou um papel importante na cidade não sendo possível dissociá-los da história do Rio de Janeiro.

⁹⁷ ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p.10

⁹⁸ O morro já se chamou Paulo Caieiro, da Formiga, Livramento, Valongo, Santana e São Lourenço.

A partir da década de 1840, a encosta do morro voltada para o atual Campo de Santana começou a ser explorada pela pedreira da Providência. A exploração das pedreiras nos morros tornou-se comum devido à expansão da cidade que criou a necessidade de grandes quantidades de materiais de construção. Com isso, a feição do morro da Providência foi alterada definitivamente com a criação de um despenhadeiro. Há a hipótese de que alguns moradores do Cabeça de Porco eram trabalhadores da pedreira, supõem-se com isso que talvez o cortiço tenha surgido a partir do início das atividades no morro⁹⁹ A exploração da pedreira criou a abertura de dois caminhos: o da Formiga (atual rua Eboíno Uruguai) e a rua da Providência (atual Rego Barros). Estes acessos, juntamente com outras duas ladeiras abertas na década de 1860, a do Barroso e a de São Lourenço, (do Faria, a partir de 1867), segundo Sonia Zylberberg, podem indicar que as encostas do morro da Providência já vinham sendo habitadas antes mesmo da demolição do Cabeça de Porco, “talvez por trabalhadores das pedreiras próximas e da própria estrada de ferro, entre outros”.¹⁰⁰

Como dito anteriormente, o morro da Providência costuma ser apontado como a primeira favela carioca. A história mais conhecida afirma que os soldados retornados do confronto no sertão baiano se estabeleceram no morro e o nomearam como morro da Favela, nome pelo qual a montanha foi chamada durante anos. Quanto a isto há duas versões: a primeira diz que a mudança do nome fazia alusão à planta favela, enquanto outros afirmam que a referência seria o morro homônimo existente em Canudos. No jornal *A Notícia* a seguinte versão foi contada:

Há no morro da Providência, na face que dá para a ladeira dos Melões, junto ao túnel da estrada de ferro que leva à estação Marítima (...) um grupo de casinhas cobertas de telhas de zinco, conhecido pelo Arraial da Favella. Esta denominação é moderna, e data de alguns meses depois da chegada aqui dos corpos do exército que estiveram em Canudos. É que os moradores de tais casinhas são todos soldados casados, que estiveram

⁹⁹ VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v.1, n.2, p. 31.

¹⁰⁰ ZYLBERBERG, Sonia. (Org.). *Morro da Providência: memórias da “favela”*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.v.1. (Coleção Memória das Favelas). p. 47.

combatendo no alto da Favella, em Canudos, os quais encontraram pontos de semelhança, entre os dois morros.¹⁰¹

De toda forma, menos importante do que descobrir qual dessas versões de fato é a verdadeira, é discorrer sobre como o arquétipo inicial construído acerca das favelas cariocas foi baseado nesse seu vínculo com o sertão. Apesar de uma possível continuidade histórica poder ter sido feita entre as favelas e os quilombos urbanos, uma vez que ambos compartilhavam laços étnicos e sociais¹⁰², a gênese da favela esteve sempre atrelada ao interior nordestino. A chegada dos soldados retornados de Canudos explica em parte isto, mas não é o suficiente. Por ora, vejamos como se deu a ocupação do morro da Providência e o de Santo Antônio por esses militares.

A ocupação inicial dos primeiros morros era composta de pessoas pobres e sem teto atingidas pelo Bota Abaixo executado pela reforma Passos. Aos moradores que já existiam nesses locais foram adicionados novos habitantes, estes, por sua vez, eram militares retornados da Revolta da Armada (1893-1894) e da Guerra de Canudos (1896-1897). A permanência dos militares era planejada como algo provisório, porém, devidamente autorizada. Anos depois, quando havia o medo do desmonte iminente do morro de Santo Antônio, uma série de cartas foram enviadas à Prefeitura a fim de sensibilizar as autoridades e impedir o ato. Uma delas afirma que a construção dos barracões havia sido “*aconselhada e auxiliada*” pelo ex-comandante do 7º batalhão do exército, o coronel Moreira César, morto no conflito de Canudos.¹⁰³

A situação do local foi descrita por um agente municipal de modo negativo, uma vez que o mesmo afirma que as construções tinham níveis “*rudimentares de higiene*”¹⁰⁴ e representavam um “*perigo constante para a vizinhança*”¹⁰⁵ que era “ameaçada de invasão de moléstias infecto

¹⁰¹ *A Notícia*, nº109, 1909

¹⁰² Além do fato de que alguns agrupamentos de escravizados fugidos usaram as montanhas da cidade como refúgio

¹⁰³ SOARES, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2013. p.63

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 47

¹⁰⁵ *Ibidem*

contagiosas”.¹⁰⁶ Em uma das cartas enviada pelos moradores, há o apelo de um dos militares que habitava o morro há apenas dois meses e afirmava lá viver devido ao alto custo do aluguel e dos gêneros alimentícios. Outra, cujo remetente era uma viúva chamada Emília Elmira da Silva, vinda de Santa Catarina para o Rio de Janeiro com seu filho - 2° sargento de 7° batalhão de Infantaria de Linha -, suplicava para que lhe fosse permitida a permanência no morro uma vez que seu filho construiu sua residência por ordem do próprio coronel Moreira Cezar e seu estado de pobreza não lhe permitia ser despejada. Por último, o ex-combatente da guerra do Paraguai Juvêncio Seraphim do Nascimento, de 65 anos, morador do morro de Santo Antônio segundo ele, desde 1894, com autorização do “ex-diretor Pinheiro”¹⁰⁷ tenta sensibilizar ao mencionar sua idade avançada.

Os indícios de que a população inicial dos morros era composta por militares de baixa patente, segundo Romulo Mattos¹⁰⁸, contribuiu para o estigma que recaía sobre os morros e isto se tornava ainda mais latente pelo considerável número de desertores que eram considerados uma marca registrada dos locais. Quanto a estes vale a pena ressaltar que a desistência do serviço militar poderia ter como razão os castigos físicos ainda bastante comuns. O preconceito que recaía sobre os militares de baixa patente era forte e vinculava-se também ao alistamento arbitrário que, embora não existisse mais legalmente, ainda angariava para as forças armadas homens que haviam cometido pequenos delitos.

O método do sorteio militar que substituiu o alistamento arbitrário, excluía os homens abastados, tornando o grupo militar majoritariamente formado por homens pobres e por consequência podemos deduzir que esses homens eram em sua maioria não brancos e excluídos socialmente. A repulsa que a imprensa demonstrava aos militares pobres denota uma controvérsia exposta por Mattos: “os homens que tinham

¹⁰⁶ Ibidem

¹⁰⁷ Ibidem, p. 48

¹⁰⁸ Ver: MATTOS, Romulo Costa. Militares de baixa patente na Primeira República: os primeiros moradores das favelas cariocas?. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

*como função defender as instituições e a soberania do país eram tratados como um risco à segurança e à higiene de sua capital, o Rio de Janeiro.*¹⁰⁹

Era comum achar nas notícias sobre crimes ocorridos no morro da Favela, casos envolvendo militares e desertores. Uma situação de conflito violento teve como personagens o cabo do 23º batalhão de infantaria, Adolpho Barbosa, o cabo Antenor Thomaz de Souza e ex-cabo João Nunes de Oliveira, que naquela altura era trabalhador braçal e segundo o jornal, conhecido por ser desordeiro, tendo por isso dado entrada mais de uma vez na casa de detenção.¹¹⁰ A notícia afirma ainda que Oliveira havia combatido em Canudos junto do cabo Barbosa com quem cultivava uma boa relação, o que não impediu que se desenrolasse entre os três militares cenas de violência.

Em outra reportagem de 1910, desta vez no periódico A Notícia, vemos a afirmação de que o morro de Santo Antônio era ocupado majoritariamente por barracões ocupados por “*ex soldados da polícia, do Exército e da Armada*”¹¹¹. Ao ser perguntado se ali havia muita desordem, o morador entrevistado negou e disse que os moradores do morro respeitavam muito o “*seu Guerra e o seu Haberlando*”, que eram agentes de polícia que habitavam os terrenos do observatório astronômico que existia no local. Nestes casos chama a atenção o fato desses ex-militares se tornarem notícia justamente por serem autores de infrações e crimes manchando uma reputação que já não era das melhores e contribuindo com a repulsa que se tinha em relação as favelas, julgadas como o berço do crime e neste quesito o morro da Favela recebia menção honrosa. É interessante ainda a revelação feita pelo morador que nos indica que esses homens agiam como agente reguladores da ordem local usufruindo de uma autoridade respaldada pelo seu passado militar, o que cria uma situação complexa e contraditória.

¹⁰⁹ *Ibidem*. p.13

¹¹⁰ *Gazeta de Notícias*, “Na Favela. Trecho inédito do Rio. A moradia dos gatunos e desordeiros”, 21 de maio de 1903

¹¹¹ *A Notícia*, nº304, 1910

A abordagem da imprensa referente às favelas é recheada de exemplos que permitem compreender como era construído o discurso jornalístico sobre esses novos locais da cidade. No geral, os morros eram definidos como reduto da marginalidade e sua existência era vista como motivo de vergonha uma vez que representavam não só um grave perigo social, mas também reuniam inúmeras mazelas – falta de estrutura urbana, contribuição para a disseminação de doenças, miséria etc. A imprensa neste sentido denunciava, mas também acusava e contribuía para a construção de um imaginário negativo que fazia das favelas o novo alvo das autoridades municipais e policiais. Se antes as habitações coletivas eram as inimigas da civilização e higiene, a partir do início do século XX, as favelas se tornaram o centro dessa discussão. Ainda sobre isso é importante destacar como o arquétipo acerca dos morros e seus moradores construído pela imprensa dialogava com o seu mito de origem relacionado com o sertão nordestino, o que veremos melhor nas próximas páginas.

3. O sertão na construção de um imaginário sobre as primeiras favelas elaborada pela imprensa.

O século XIX foi o berço da imprensa brasileira e ao longo de seus anos viu surgir inúmeros periódicos que acessados hoje em dia nos permitem tentar responder questões, assim como esse vasto acervo nos faz indagar novas perguntas. Em relação às favelas cariocas, a imprensa teve um importante papel documental, não à toa, as fontes analisadas nesta pesquisa são em sua maioria oriundas dos jornais.

Neste capítulo será analisado como os jornalistas “descobriram” as favelas e fizeram questão de inseri-las recorrentemente em suas páginas a fim de denunciar e apelar às autoridades, às vezes, num tom complacente, mas, na maioria dos casos, usando termos acusatórios em que a favela aparecia como um grande mal que deveria ser exterminado. As fontes aqui apresentadas apontam como o sertão foi utilizado como referência imagética pelos homens das letras servindo como uma espécie de metáfora perfeita em sua apelação ao perigo social que os morros representavam.

Antes de falarmos sobre a abordagem jornalística reservada às favelas, é importante contextualizar sobre as circunstâncias que possibilitaram esse interesse dos jornais pelos morros. A imprensa brasileira passou por uma profunda remodelação a partir da década de 1870. As mudanças giraram em torno não somente da adoção de um moderno aparato tecnológico, mas principalmente em relação ao *modus operandi* dos jornais. Essas transformações ocorridas no jornalismo brasileiro foram decorrentes de um processo que foi iniciado nos Estados

Unidos e proporcionou um aumento considerável de vendas para a mídia impressa do nosso país.

3.1. A transformação da imprensa política em uma imprensa empresarial.

O engajamento político da imprensa teve início na Europa ao longo do século XVIII em que a mesma cumpria o papel de disseminadora de novas ideias e pensamentos que se opunham ao Antigo Regime. No século XIX, as coisas mudaram de forma, uma vez que os jornais passaram a ser operados através de uma lógica empresarial e comercial caracterizada pela ampla circulação e uso de aparato tecnológico moderno. Essas mudanças foram alvo de críticas de alguns de seus contemporâneos como o filósofo Walter Benjamin que em *O Narrador* concluiu que esse novo modelo gerava um declínio narrativo. Para Benjamin, a informação em detrimento da narrativa esvaziava o interesse pela narração oral que ele associava com o mundo marcado pelo trabalho manual. A imprensa modernizada que privilegiava a informação e a objetividade ao seu ver representava o mundo do capital. Com isso, segundo ele constatava que “cada manhã recebemos notícias do mundo todo e, no entanto, não há mais lugar para o miraculoso, razão pela qual somos pobres em histórias surpreendentes”.¹¹²

Esse novo jeito de fazer jornalismo foi iniciado no Brasil pela *Gazeta de Notícias*, lançada em 1875. Machado de Assis em texto celebrativo aos 18 anos de existência do jornal afirmou que a folha foi um marco ao instituir esse novo modelo no país. A *Gazeta* se destacava, segundo ele, por não ser partidária e ter como maior preocupação alcançar novos leitores inaugurando o modo de venda com os jornaleiros nas ruas. Além disso, o jornal passou a trazer em suas páginas temas de interesse popular, adotou novas formas de diagramação e editoração e tinha um preço mais baixo que os concorrentes. De modo resumido, Machado mencionou as principais estratégias usadas pelos jornais cariocas durante

¹¹² CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015. p. 121

desse processo de mudanças atravessadas pela imprensa entre as décadas de 1870 e 1890.

O *modus operandi* empresarial constava na organização das folhas sob a forma de sociedades anônimas e a renda era majoritariamente proveniente dos anúncios pagos e propagandas. Além disso, havia uma nítida preocupação em que as folhas não fossem mais opinativas. Antes os jornais eram claramente partidários e sobre isto o diretor do *Jornal do Brasil* e criador da coluna *Coisas de Política*, sob o pseudônimo Lobo Cordeiro escreveu:

O jornal começou como panfleto, destinado a ser guardado em livro, doutrinário e doutrinador, obedecendo defesa de uma causa e apresentando ideias que se iam vitoriosamente condensando em sucessivos capítulos. O jornal era o jornalista e o jornalismo um verdadeiro sacerdócio.¹¹³

O *Jornal do Brasil* foi lançado em abril de 1891 por Rodolfo Dantas, um ex ministro do Império, e se posicionava como um jornal isento. A redação, todavia, era chefiada por Joaquim Nabuco que publicou uma série de artigos intitulados “*Ilusões Republicanas*” e “*Outras Ilusões Republicanas*”. Esse posicionamento colocou o jornal em risco e em 1893 parou de circular. No ano seguinte, o *JB* retornou, agora dirigido por Fernando Mendes de Moraes e em seu primeiro exemplar fez questão de colocar em sua capa a foto do presidente recém empossado Prudente de Moraes indicando uma mudança de perspectiva política.

O exemplo do *Jornal do Brasil* é útil para compreender que embora houvesse uma afirmação de isenção política por parte dos jornais, na prática, os jornalistas seguiam cumprindo com vigor o seu papel de agentes políticos. Segundo Samuel Weiner, o poder da imprensa no Brasil seria quase monopolista pois ela “liderara e comandara os movimentos políticos de maior significação do país”.¹¹⁴ Algo bem parecido foi dito por Francisco Weffort: “Jornais não são partidos. Mas como se parecem às vezes! (...) A grande imprensa brasileira esteve presente em todos os episódios marcantes da história política do Brasil desde a Proclamação da

¹¹³ LOBO, Cordeiro apud BARBOSA, Marialva. *Jornal do Brasil: Impressões de memória (O Jornal do Brasil e a auto-construção de sua memória em 1891)* INTERCOM (São Paulo), São Paulo, v. XVI, n.1, 1993. p.148

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 123

República.”¹¹⁵ Isto estava totalmente relacionado com a auto atribuição que a imprensa se dava em que se colocava como responsável por não só divulgar notícias, mas “universalizar o acesso à reflexão crítica”¹¹⁶. Portanto, cabia aos jornalistas iluminar os leitores, contribuir para que se tornassem cidadãos lúcidos. Os jornais tinham nesse sentido um caráter pedagógico e função de ser um orientador da população.

Embora os jornais seguissem tendo agência política, de fato a transformação da imprensa político-opinativa numa imprensa-comercial afetou o modo como os posicionamentos eram expressos. Havia agora uma divisão interna entre o editor de redação (esfera pública) e o editor gerente (esfera privada) que gerava uma contradição. Segundo Maria Helena Capelato,

quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a ‘mercadoria política’. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a ‘grande imprensa’, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da ‘opinião pública’ e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da ‘opinião pública’.¹¹⁷

A fuga da pregação partidária estava relacionada com a busca por maiores vendas e lucros, já que agora os jornais operavam dentro de uma lógica comercial. Em busca desse objetivo os jornais se modernizaram comprando um novo maquinário gráfico e alteraram sua diagramação. O diagramador era o profissional responsável por

definir a organização das imagens, a localização dos títulos, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios, manipular o contraste entre o preto e o branco, escolher o local e título das ilustrações que desempenham papel preponderante na apresentação das páginas. Fotos, caricaturas, desenhos e anúncios enxertados em meio a textos contribuem para quebrar a monotonia das letras e imprimem movimento ao todo. (...) A diagramação (...) [era] confeccionada com o intuito de chamar a atenção do leitor. Ela [era] composta por manchete e títulos que indicam o assunto abordado no

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 128

¹¹⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História*, v. 35, 2016. p.2

¹¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015. p. 122

texto. A concepção dessa parte, sobretudo a que se refere à formatação da primeira página (...) [era] cargo de profissionais que figuram na lista dos mais bem pagos pela empresa.¹¹⁸

Ainda com o objetivo de atrair cada vez mais leitores, as folhas passaram a se dedicar aos assuntos populares. Foi dentro desse panorama que se abriu espaço para as notícias policiais, por exemplo, em que muitas vezes as favelas apareciam como cenário. A aposta na publicação desse tipo de notícia girava em torno do frisson que essas reportagens causavam nos leitores, o que se revertia em maiores vendas. Marialva Barbosa cunhou o conceito “jornalismo de sensações¹¹⁹” para designar essa ênfase dada às notícias policiais em que se valorizava o grotesco. Não era raro o uso de fotografias que seriam impublicáveis atualmente nessas reportagens.

3.2. O “jornalismo de sensações”: enfoque nas mazelas cotidianas.

A preferência de Barbosa por usar o termo “sensações” em vez de sensacionalismo tem a ver com o fato dessas notícias quererem provocar nos leitores sensações psíquicas e físicas diversas. A exposição detalhada dos crimes cabulosos era muitas vezes narrada por dias seguidos tal qual um folhetim. A narrativa folhetinesca cativava os leitores ávidos pelos próximos capítulos daquelas histórias que embora fossem grotescas atiçavam a curiosidade dos que liam. O jornalista cumpria o papel de ser um narrador que deveria despertar no leitor tudo menos a indiferença. Para tornar a leitura mais envolvente e garantir credibilidade eram incluídos nas reportagens elementos tais quais: popularidade da vítima, características da personalidade dos envolvidos, raça, idade, gênero etc. Isso era importante também por permitir que se despertasse uma identificação entre os leitores com os “personagens” das notícias, o que fazia com que as pessoas indignadas com os crimes enviassem cartas para as redações.

Uma reportagem de 13 de junho de 1908 intitulada “Mulher bárbara! Espancamento no morro da Favela” nos permite assimilar como

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 132

¹¹⁹ BARBOSA, Marialva. Jornalismo Popular no Brasil: uma história. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, v. 3, 2018, p. 41-53

era o texto de uma notícia desse tipo. Vale mencionar que o jornal em que o ocorrido foi noticiado, o *Correio da Manhã*, tinha como lema se dedicar aos “interesses exclusivamente populares” e afirmou em seu primeiro exemplar um compromisso com a neutralidade, o que nos permite enquadrá-lo no time de jornais comerciais sobre os quais falamos até agora. O texto afirmava que:

O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre, que vai se consagrar com todo ardor e independência à causa da justiça, da lavoura e do comércio – isto é, a defesa dos direitos do povo, do seu bem estar e das suas liberdades.¹²⁰

A reportagem diz respeito ao espancamento de uma criança no morro da Favela por uma mulher paraguaia chamada Maria Francisca, descrita como alguém que “*absolutamente não conhece a meiguice, o carinho, a bondade, esses belos atributos de seu sexo*”. De início se destaca a ênfase dada aos defeitos morais da acusada que se tornavam ainda mais repugnantes por virem de uma mulher que deveria se comportar de modo justamente oposto. A estrangeira é descrita como uma “terrível mulher”, responsável por agredir com chibatadas, dentadas e beliscões uma menina de 7 anos de idade chamada Olga Maria de Brito. A criança conseguiu se livrar das agressões e em seguida se dirigiu à 9ª delegacia. A menina Olga foi mais uma das que teve o azar de cair nas mãos de Maria Francisca, responsável por sempre deixar os inocentes seres “com o corpo em mísero estado”.

Esse tipo de notícia conseguiria facilmente estimular uma experiência sensória no leitor por se tratar de um ato de violência direcionado a uma criança e pior ainda, executado por uma mulher descrita tal qual uma vilã digna de história infantil. A paraguaia era má sem necessitar de motivos para tal e seu ato se tornava triplamente condenável não só por ter mal tratado uma criança e não se comportar docilmente como uma mulher deveria, mas também por ser moradora do famigerado Morro da Favela, denunciado desde 1901 pelos jornais como reduto do crime e todo o tipo de mazela, além de abrigo dos piores tipos de gente.

¹²⁰ *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1901

O uso das fotografias era comum na seção policial dos jornais e funcionava como uma espécie de selo de modernidade, além de contribuir com a ampliação da cobertura policial uma vez que as fotos eram usadas como forma de causar maior impacto e autenticar aquilo que estava escrito nas reportagens. Não só nas colunas policiais as fotografias apareciam, como veremos no exemplo a seguir, mas, de um modo geral, elas cumpriam o papel de dar veracidade às notícias dando ainda maior peso à palavra escrita. A palavra falada era vista como algo que se esvanecia no ar e se perdia no tempo, já aquilo que estava escrito era considerado perene. Por isso mesmo os jornalistas devem ser concebidos como agentes de memória, responsáveis por operar a dialética lembrar/esquecer, selecionando não só o que noticiavam, mas principalmente como faziam isso. No caso das favelas, os jornais contribuíram com a criação de uma imagem negativa dos morros que adentraria a posteridade.

O impacto social das reportagens sobre as favelas deve ser analisado pela ótica que entende o jornalista como um poderoso agente, responsável por contribuir com a concepção que os leitores tinham sobre o novo endereço dos pobres na cidade. Vejamos a seguinte reportagem ilustrada com fotografias com a chamada *“A instrução na favela. O morro sinistro vai ter uma escola. A ‘Gazeta’ constata os progressos locais”*.¹²¹ A reportagem da *Gazeta de Notícias* noticia a criação de uma escola primária no morro da Favela no ano de 1911. De imediato chama atenção o adjetivo utilizado para se referir ao local que de primeira já orientava o leitor a enxergá-lo como um lugar perigoso. Outra coisa que vale ressaltar na “cabeça” da reportagem é o uso do verbo constatar relacionado com o uso das fotografias (Figura 1). O jornal escolheu por usar as imagens para não só ilustrar, mas confirmar a sua notícia, provando que estavam de fato construindo uma escola e atestando as condições precárias em que as pessoas lá viviam.

¹²¹ *Gazeta de Notícias*, “A instrução na favela. O morro sinistro vai ter uma escola. A ‘Gazeta’ constata os progressos locais”, 10 de junho de 1911

O texto diz que o morro “tem uma reputação duvidosa”, onde “vivem famílias em absoluta miséria e em absoluto abandono, com manadas de filhos, de crianças que por ali vivem e ali crescem, sem instrução alguma.” Por esse motivo a Prefeitura resolveu criar uma escola primária para substituir o pequeno casebre com capacidade para cerca de 50 crianças, onde as crianças estudavam. O número de crianças em idade escolar era superior a quatrocentos segundo o jornal, que afirma com veemência que o prefeito com certeza iria providenciar uma nova escola para atender cerca de 100 alunos. O local em que funcionava a escola era apesar da precariedade, “o maior ‘palacete’ da localidade” (Figura 2), o que indica o tom de queixa do texto.

Embora a reportagem tivesse um papel de denúncia ao estado lamentável em que se vivia no morro da Favela, o jornal não deixava de insinuá-lo mal ao dizer que não tinha uma boa reputação e principalmente ao incluir em seu texto que não foi possível colher os nomes dos moradores que se recusaram a informar por terem “complicações na vida”. A reportagem informa ainda que lá existiam cerca de 800 casebres e conclui atestando que a infelicidade ali habitava. Portanto, mesmo quando havia uma certa boa vontade por parte dos jornais em dedicar seu espaço a denunciar as mazelas da favela, junto havia o tom acusatório e tendencioso que sempre recaia no padrão de estereotipá-la como um lugar não só miserável como perigoso.



Figura 1. *Gazeta de Notícias*, "A instrução na Favella. O morro sinistro vai ter uma escola. A 'Gazeta' constata os progressos locais", 10 de junho de 1911.

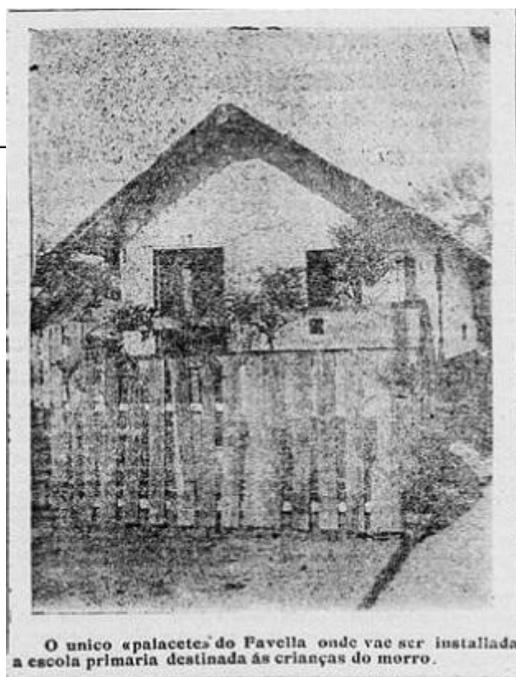


Figura 2. *Gazeta de Notícias*, "A instrução na Favella. O morro sinistro vai ter uma escola. A 'Gazeta' constata os progressos locais", 10 de junho de 1911.

Não foram só as notícias do mundo do crime que ganharam espaço privilegiado nas folhas, mas também se cedeu espaço para que os leitores usassem o jornal como uma ferramenta de reclamações. Isto foi feito pelo *Jornal do Brasil* com a criação da coluna *Queixas do Povo*, por exemplo, que assim como a *Gazeta de Notícias* criou uma coluna chamada *Os Subúrbios* em que os moradores da região suburbana podiam fazer a "remessa de queixas e reclamações de caráter não pessoal, por meio de correspondência"¹²². Com isso, os jornais passaram a se colocar ainda mais como intermediários entre o povo e o poder

¹²² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. História*, v. 35, 2016. p.6

público. Além disso, dessa forma buscavam conquistar e fidelizar os leitores suburbanos.

O *Jornal do Brasil*, que se auto intitulava como “o popularíssimo”, “paladino de todas as boas causas” e “eco de todas as queixas e necessidades do público”, se orgulhava de trazer em suas páginas os palpites do jogo do bicho, as marchas carnavalescas, além das notícias policiais. Cada jornal definia o perfil de seus leitores almejados e tentava construir esse público traçando as suas estratégias, mesmo que para alcançá-los tivessem que incorporar temas e questões que não correspondessem com os seus ideais. É nesse sentido que o espaço para esses temas populares (carnaval, crimes, esportes, movimento operário, queixas e solicitações dos leitores, literatura, entre outros) é aberto, assim como eram incorporados às redações colaboradores que, segundo Leonardo Pereira, “nem sempre faziam parte das redações ou comungavam dos mesmos ideais de seus diretores, como os responsáveis pelas crônicas literárias e seções teatrais”.¹²³

O sucesso comercial das folhas mostra que toda essa revolução técnica e editorial valeu a pena para os jornais-empresa. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, saiu dos 5.000 exemplares que eram sua tiragem em 1891 para 50.000 no início do século XX. O *Paiz*, por sua vez, em 1904 iniciava as obras de construção de “um majestoso edifício que para a sua redação e oficinas vai construir na Avenida Central”¹²⁴ que era então um endereço super valorizado da cidade. O êxito de vendas fez com que esse modo de fazer jornalismo se tornasse hegemônico e trouxe à tona novas folhas com esse caráter popular cada vez mais exacerbado.

3.3. Os leitores e as leituras no dia a dia da cidade.

Como dito anteriormente, a reformulação dos jornais e as estratégias adotadas por eles visavam conquistar mais leitores, fazendo então mais vendas e arrecadando maior lucro. Vamos então discorrer sobre os leitores desses jornais, uma vez que a parcela alfabetizada que

¹²³ *Ibidem*, p. 16

¹²⁴ *Ibidem*, p. 18

habitava o Rio de Janeiro era pequena, mas sabendo que se apegar apenas a esse dado seria fazer - com o perdão do trocadilho - uma leitura rasa da situação.

Para começar, vejamos os dados referentes ao número de leitores habitantes da então capital republicana. Em 1890, 48,3%¹²⁵ da população não sabia ler e escrever, enquanto no recenseamento de 1906, o número caiu para 46,2%.¹²⁶ Os números nos indicam que grande parte da população não poderia contribuir com os lucros dos jornais, mas nem por isso só poderia ser considerado informado aquele que não soubesse ler.

A leitura compartilhada era algo comum no cotidiano da cidade. A circularidade da leitura tinha a ver com o hábito de se ler em voz alta em torno da família, no trabalho ou até mesmo na rua e no transporte público compartilhando as notícias com os que ouviam. Podemos dizer que uma boa parte da população não lia, mas ouvia as notícias. Há uma estimativa de que um mesmo jornal podia ser “lido” por até quatro pessoas. O seguinte trecho de crônica escrita por João do Rio fala sobre esse cotidiano de leituras compartilhadas:

- Bom dia, D. Guilhermina.
- Bom dia, D. Antônia. Como vai dos seus incômodos?
- O reumatismo não me deixa. É desta laje fria.
- Que se há de fazer? É a vontade de Deus. Então, hoje, missas boas?
- Li no jornal: às nove e meia a do general... Mas, não contemos. Os ricos estão cada vez mais sovinas¹²⁷

Embora o número de alfabetizados não fosse expressivo na cidade, pessoas lendo os jornais faziam parte das cenas cotidianas. O carregador Domingos Paranhos Lorenzo virou tragicamente notícia ao ser atingido por uma tábua despencada de um andaime que o acertou precisamente justamente quando estava parado lendo seu jornal.¹²⁸ As folhas eram “leitura habitual nos bondes, nos trens (...) compondo as horas livres do

¹²⁵ MIYASAKA, Cristiane. Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. p.75

¹²⁶ *Ibidem*

¹²⁷ RIO, João do apud BARBOSA, Marialva. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, janeiro/junho 1998, p.4

¹²⁸ *Gazeta de Notícias*, 5 de janeiro de 1907

dia. (...) Pela manhã, [havia] sempre alguém lendo um jornal. Não apenas os cultos, como Gonzaga de Sá, mas também os trabalhadores [apareciam] com esses matutinos à mão.”¹²⁹

As estratégias já aqui expostas adotadas pelos jornais a fim de aumentarem seus lucros, tornou maior o número de leitores dos jornais. Uma parcela considerável desse grupo era composta por mulheres que, por sinal, também foram público-alvo das estratégias comerciais dos jornais. Elmano Cardim, numa conferência realizada em comemoração do sesquicentenário do Jornal do Comércio, disse que as senhoras liam em “voz alta um romance folhetinesco para o entretenimento e a exaltação sentimental de um público caseiro predominantemente composto de mulheres”¹³⁰.

Com o intuito de conquistar o público feminino, houve a introdução de temas destinados às mulheres e crianças em jornais como o *Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Foram adicionados os folhetins, as colunas de moda, de entretenimento e os concursos femininos. *O Paiz*, em 1906, promoveu concursos destinados às moças publicando pensamentos enviados por elas e deu prêmios aos melhores. Por sua vez, as leitoras enviavam cartas para as redações em resposta aos conteúdos que lhes eram dedicados.

Por falar em carta, o preso Hidelbrando Mello Pedra enviou para o escritor Coelho Netto uma dizendo que havia se enchido de coragem de enviá-la ao intelectual e que todo domingo comprava com “enorme dificuldade”¹³¹ o *Jornal do Brasil* – o mais barato da época e lia os artigos de Coelho Netto. Como seu grande admirador, Hidelbrando pede “que por graça me conceda a suprema ventura de possuir um livro de sua autoria.”¹³² Essa carta constitui um exemplo muito interessante de como as leituras dos jornais eram não só compartilhadas entre os leitores, mas

¹²⁹ BARBOSA, Marialva. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, janeiro/junho 1998, p.4

¹³⁰ CARDIM, Elmano apud BARBOSA, Marialva. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, janeiro/junho 1998, p. 3

¹³¹ *Ibidem*

¹³² *Ibidem*

causavam reações e interpretações diversas, a ponto de eles serem capazes de se apropriarem delas e criarem significações particulares.

Com isso, embora o número de letrados não fosse enorme o poder de alcance dos jornais era grande, o que torna ainda mais latente a influência que tinham. Desse modo, a abordagem dedicada às favelas pela imprensa deve ser compreendida como algo que era apreendido não só pelos leitores assíduos dos jornais, mas por todo o universo de leitores que de algum modo tinham contato com aquelas páginas. Isso torna ainda mais poderosa a ação dos jornalistas em cumprirem a sua auto atribuída missão de agentes intermediários entre o poder público e o povo.

Segundo Lícia Valladares¹³³, quando as favelas começaram a chamar a atenção da imprensa, a ideia de conhecimento e ação eram inseparáveis. Isto se tornava ainda mais latente pelo contexto de preocupação com o futuro da capital da República recém modernizada por parte das autoridades e da intelectualidade carioca. Ainda de acordo com a socióloga, o século XIX foi o momento em que a pobreza urbana se tornou uma preocupação para as elites europeias. Com isso, os profissionais ligados à imprensa, engenharia, medicina, direito, filantropia etc., se voltaram para os mais desfavorecidos a fim de conhecer seus problemas, denunciando-os e propondo soluções. No Rio de Janeiro, a situação não foi diferente. Se antes o alvo era o cortiço, o então *locus* da pobreza da cidade, após a virada do século XX e a disseminação das favelas, foram os morros que se tornaram o destino desses profissionais.

Valladares afirma que o imaginário criado sobre os primeiros morros cariocas habitados os associava diretamente ao arraial de Canudos e a principal referência utilizada nesse sentido era o livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Seu argumento está de acordo com a sua ideia de que houve uma “invenção” da favela, ou seja, que o modo como foram compreendidas ao longo do tempo foi construído historicamente. A primeira “invenção”, diz respeito aos morros cariocas terem sido vistos

¹³³ VALLADARES, Lícia do Prado. “A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle”.In: _____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p.24.

como um pedaço do sertão na capital da República. Isto teria a ver seu mito de origem ser vinculado a Canudos, mas, principalmente por serem vistas como representantes de um mundo incivilizado, miserável e atrasado.

3.4. Favela: o pedaço do sertão da capital republicana.

O trabalho monográfico do qual esta pesquisa se oriunda analisou diversas crônicas publicadas nos jornais no início do século XX em que a favela aparecia correspondendo a um pedaço do mundo rural em plena capital da República.¹³⁴ Em 1908, João do Rio¹³⁵ escreveu uma crônica intitulada *Os Livres Acampamentos da Miséria*, publicada originalmente na *Gazeta de Notícias*¹³⁶ a partir de uma visita sua ao morro de Santo Antônio. O autor demonstra a priori considerar o morro “como qualquer outro”¹³⁷ mas toma ciência de que estava vivendo uma experiência única naquele passeio. João do Rio escreveu sobre a sua descoberta de um Rio de Janeiro então desconhecido.

A viagem iniciava-se por “um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade, no admirável noturno de sombras e luzes”¹³⁸ que o levava para longe da capital da República civilizada.

Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão com cercados, indicando quintais (...) eu percebi, então que estava numa outra cidade

¹³⁴ SOUZA, Daniella Santos de; SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Favela, o “sertão” da cidade: o arraial de Canudos no imaginário acerca das primeiras favelas cariocas*. Rio de Janeiro, 2017 (monografia em História) – Puc-Rio, 2017.

¹³⁵ João do Rio foi o pseudônimo mais conhecido entre outros usado pelo jornalista Paulo Barreto (1881-1921). Além de jornalista, Paulo Barreto foi cronista, contista e teatrólogo, mas foi sua ação na imprensa, que se iniciou precocemente, aos 16 anos, que o eternizou como figura ilustre cena literária da cidade. Suas crônicas dotadas de estilo único, eram originadas das visitas feitas por Paulo Barreto aos mais diversos locais da cidade, inclusive aqueles estigmatizados negativamente, de suas experiências pessoais e de suas reflexões sobre o momento que vivia. Suas obras mais conhecidas são os livros *As religiões do Rio* (1905), *A alma encantadora das ruas* (1908) e *Vidas Vertiginosas* (1911). Foi membro da Academia Brasileira de Letras, na qual entrou em 1910.

¹³⁶ Posteriormente foi publicada no livro *Vidas Vertiginosas*. RIO, João do. “Os livres acampamentos da miséria”. In:_____. *Vidas Vertiginosas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. pp. 143-152.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 144

¹³⁸ *Ibidem*

dentro da grande cidade. (...) Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? ¹³⁹

A existência da favela intrigava João do Rio, conhecido por circular pelos mais diversos ambientes da cidade. Ainda assim, para ele era grande motivo de espanto se deparar com aquele pedaço de sertão na Paris tropical. A referência a Canudos é clara quando escreve que teve “a impressão lida na entrada do arraial de Canudos ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme”.¹⁴⁰ Chama atenção que a outra possibilidade de explicar o morro associava-o a um galinheiro, num claro exemplo de animalização dos moradores. Isto fica mais nítido quando em outra passagem o autor afirma que o morro de Santo Antônio constitui uma “empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instintos impulsivos, em que ora se é muito amigo e grande inimigo de um momento para o outro.”¹⁴¹

Se pensarmos que grande parte da população pobre do Rio de Janeiro era formada por negros e mestiços, seria inocente achar que a animalização feita por João do Rio estava despreendida do fator racial. Por fim, a crônica se encerra dando a entender o quão impressionante foi a experiência para o autor e pontuando o aspecto miserável do local, habitado por gente contraditoriamente designada como vigorosa e preguiçosa.

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida ao arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente daquela miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refeestado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis.¹⁴²

¹³⁹ *Ibidem*, p. 143

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 147-148

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 148

¹⁴² *Ibidem*, p.152

A crônica *Fora da Vida*¹⁴³ de Olavo Bilac¹⁴⁴ descreve como as habitações da favela como “casinhas tristes, de fachadas roídas e janelas tortas, cujo conjunto dá a impressão de um asilo de velhas desamparadas e inválidas”¹⁴⁵. As residências seriam como os seus moradores, marcados por “faces humanas (...) quase todas [com] esse ar de apática indiferença que vem do largo hábito da miséria e do desânimo. Indiferença por tudo, pelo prazer e pelo sofrimento, pela vida e pela morte...”.¹⁴⁶ A construção textual de Olavo Bilac apresenta-os como seres que transpareciam seu sofrimento em sua face desanimada e que seriam indiferentes em relação à vida.

Orestes Barbosa¹⁴⁷ em sua crônica *A Favela* também destaca a apatia dos moradores. Segundo o autor, “mesmo de dia, observada por um visitante que lhe desconheça a vida íntima, a Favela é tristonha e ordeira – tem uns ares de sono, de acabrunhamento, como se pensasse na própria vida.”¹⁴⁸ A mesma atitude é tomada por Luiz Edmundo¹⁴⁹ ao falar sobre o morro de Santo Antônio que aparece em um de seus textos

¹⁴³ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. pp.195-197.

¹⁴⁴ Olavo Bilac (1865-1918) foi um jornalista e escritor. Sua produção literária se destaca pela poesia, sendo sua escola poética, o parnasianismo. Suas obras, no entanto, não se restringiram aos versos, tendo se dedicado também às crônicas. Na imprensa, fundou alguns jornais de curta duração – A Cigarra, O Meio, A Rua. Além disso, utilizou o espaço nos jornais para sua atuação política no contexto republicano. Suas posições políticas o tornaram um dos perseguidos de Floriano Peixoto. Além disso, ocupou ao longo da vida durante algumas vezes cargos políticos, como o de secretário do prefeito do Distrito federal em 1907. Foi um dos membros fundadores da ABL, em 1897.

¹⁴⁵ BILAC, Olavo, *Op. Cit.*, p. 195

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 196

¹⁴⁷ Orestes Barbosa (1893-1966) foi um jornalista, literato e compositor. Em 1911 iniciou seu trabalho na imprensa onde executou diversas funções em vários jornais – Diário de Notícias, A Noite, O Dia, O Globo, A Notícia. Sua produção além do livro *Bambambã* (1923), publicou *Na Prisão* (1922), *Portugal de Perto* (1923), *O Português no Brasil* (1927). Durante a década de 1930 dedicou-se à música popular, tendo composto vários sambas ao lado de grandes nomes como Noel Rosa, Francisco Alves e Wilson Batista. Nessa década, lançou o livro *Samba: sua história, seus poetas, suas músicas e seus cantores*.

¹⁴⁸ BARBOSA, Orestes. “A Favela”. In:_____, *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. pp.111-116

¹⁴⁹ Luís Edmundo (1878-1961) foi um escritor e jornalista. Na imprensa atuou nos jornais A Imprensa e no Correio da Manhã. Foi também o diretor da Revista Contemporânea, publicação vinculada ao Simbolismo brasileiro. Sua produção literária abarcou a poesia presente nos livros *Numbus* (1894), *Turibulos* (1900) e *Turris Eburnea* (1902). Seus livros mais famosos são aqueles dedicados à cidade do Rio de Janeiro: *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1932), *A corte de D. João* (1939-1940) e *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938). Se tornou membro da Academia Brasileira de Letras em 1944.

sendo habitado por pessoas “incapazes de uma palavra de queixa, um suspiro ou um protesto”.¹⁵⁰ A resignação dos moradores dos morros com a situação que os cercava era apontada como indício de sua indolência. Eles eram comumente apontados não só como indivíduos incivilizados e violentos, mas também preguiçosos e sem força de vontade de sair daquela situação.

Por fim, é indispensável apontar como em *Fora da Vida* Olavo Bilac mostra a percepção do autor das favelas como um território que vive num descompasso temporal. O cronista demonstra perplexidade ao conhecer uma senhora lavadeira moradora do morro da Conceição que foi ali morar em 1874 e que segundo ela não ia ao Centro da cidade há trinta e três anos. De acordo com o intelectual, a senhora passa os seus dias de maneira apática, “sem curiosidade, sem desejos, sem aspirações (...) vendo todos os dias as mesmas pessoas, dormindo todas as noites o mesmo sono, sem compreender a significação do barulho que estronda na planície”.¹⁵¹

Olavo Bilac via as favelas como um território que não seguia a marcha da civilização e do progresso. Pelo contrário, vivia à parte dessa caminhada, num ritmo atrasado e numa circunstância de exclusão. A próxima citação deixa claro o descontentamento do cronista em perceber que existiam pessoas vivendo de maneira alienada aos acontecimentos que movimentavam a política e conseqüentemente a vida da população.

Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruímos Governos, passamos por períodos de vacas gordas e por períodos de vacas magras (...) E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá trinta e três anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século passado atrasado, e no fundo da China ou da Austrália.¹⁵²

Nesse sentido, as favelas eram apontadas pelos intelectuais cariocas do início do século XX como um local a parte, excluído da capital

¹⁵⁰ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. p. 148.

¹⁵¹ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. p. 196.

¹⁵² *Ibidem*, p. 196-197

civilizada, uma espécie de sertão simbólico que ultrajava a cidade recém modernizada. Até aqui vimos exemplos disso nas crônicas, que, embora fossem publicadas nos jornais, se tratava de textos de teor literário. Em seguida veremos, no entanto, a associação entre os morros e o sertão feita pelas reportagens dos jornais que noticiavam os acontecimentos cotidianos que tinham a favela como cenário. Com isso, chama atenção como mesmo os textos tidos como objetivos e com foco na transmissão de informação faziam essa conexão entre as favelas e o mundo rural.

3.5. A construção de um imaginário negativo sobre as favelas pela imprensa.

Em reportagem do *Correio da Manhã* sobre o desmonte do morro de Santo Antônio, em 1954, há uma clara construção textual que remete ao interior¹⁵³. Segundo o texto, havia “uns rapazes dedilhando o pinho, entoando canções da roça, ou os últimos sambas”. A calma evocada pela música rural, além do fato de tratar-se do “mais pacífico morro do Rio de Janeiro” revela um modo de vida simples e harmônico. É interessante como o texto escrito em meados do século XX apresenta a favela como um local dissonante em meio ao centro agitado.

Segundo Almeida, *Os Sertões* se trata de um livro, que “exerceu forte influência sobre a sociedade da época, em parte, porque se coadunava com a ideia de que a origem dos problemas brasileiros se encontrava na existência de dois Brasis”.¹⁵⁴ O sertão do ponto de vista euclidiano representava um Brasil original, ainda intocado pelo estrangeirismo, mas, em contrapartida, bárbaro, miserável e estagnado. O sertão existia abandonado à própria sorte pela República. As favelas igualmente rompiam com o panorama da cidade civilizada que o Rio de Janeiro pretendia ser. A capital refletia em seu território estratificado a desigualdade brasileira e a favela funcionava como um elemento denotador de seus contrastes sociais internos.

¹⁵³ *Correio da Manhã*, 03 de dezembro de 1954

¹⁵⁴ ALMEIDA, Rafael Gonçalves. A resignificação do mito de origem da favela pela arte de Maurício Horta. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, jul./dez de 2019, n° 46, p. 49

O sertão é um conceito complexo e profundo, marcado por muitas nuances e significados. Hoje em dia é associado quase que exclusivamente ao seu caráter geográfico sendo caracterizado como um lugar longínquo, seco, árido e pouco habitado, mas devemos considerá-lo um conceito fundamental de nossa história ou nas palavras de Nísia Trindade Lima, uma “metáfora para pensar o Brasil”.¹⁵⁵

O discernimento de que o sertão não se trata de um “*tipo empírico de lugar*”¹⁵⁶, portanto não é concebido neste trabalho de maneira delimitada como o interior da região nordestina, mas como “*uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares*”¹⁵⁷ é fundamental para compreender o objetivo deste trabalho. Os morros aparecem nos jornais em alusão ao interior não por serem lugares distantes, inóspitos, de vegetação rasteira e com população sertaneja, mas por representarem um sertão simbólico. Assim como o sertão apresentava uma dicotomia em relação ao litoral civilizado, a favela simbolizava uma oposição interna pois representava o avesso do projeto civilizatório pretendido para a capital republicana.

A partir de agora serão aqui apresentadas e analisadas reportagens, notícias e artigos presentes nos periódicos cariocas pesquisados para esta dissertação e publicadas entre 1900 e 1920. O recorte temporal escolhido diz respeito ao período em que as favelas começaram a aparecer na imprensa, mas, precisamente em 1901, concomitante com o início do seu processo de disseminação da cidade. A leitura das fontes será conduzida de modo que se observe como os morros apareciam nos jornais muitas vezes em alusão ao mundo rural e como isso era feito de modo dicotômico tal qual o sertão.

Por ora a correlação das favelas cariocas, elementos da paisagem urbana, com o interior nordestino aparecia como uma maneira de construir uma imagem bucólica e romantizada da favela, mas na maioria

¹⁵⁵ LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 5, p. 1, 1998.

¹⁵⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, v. 31, n.1, 2011, p.5

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 2

das vezes serviu como uma ferramenta de construção de um imaginário estigmatizado sobre os morros. A favela era uma descoberta feita pela imprensa e cabia aos jornalistas desbravar esse perigoso e desconhecido território da miséria e da barbárie. A função da imprensa era conhecer para denunciar às autoridades e o uso de uma linguagem que remete ao sertão indica que a gênese das favelas cariocas ser atrelada à guerra de Canudos aliado ao impacto do lançamento de *Os Sertões* entre a intelectualidade carioca, certamente influenciou nessa construção imagética da favela como um pedaço do mundo rural.

Em janeiro de 1901, o *Jornal do Commercio* denunciou a “existência de um bairro novíssimo construído sem licença nem ciência das autoridades”¹⁵⁸ que já contava com uma “população muito apreciável”¹⁵⁹ em terrenos do Estado no morro de Santo Antônio, “em pleno coração da capital”. Segundo o jornal, vinham sendo feitos muitos pedidos de reclamações ao poder municipal e o local tinha estrutura precária. Como as habitações estavam sendo construídas nos terrenos do Observatório Meteorológico, há a cobrança de que se descubra quem estava permitindo essas construções, alguém que por isso merecia ser responsabilizado por tão “extravagantes concessões”.

Em julho¹⁶⁰ do mesmo ano, foi a vez do *Jornal do Brasil* anunciar a novidade e explicou que o morro da Favela ganhou esse nome porque “diversos soldados fizeram residência naquele ponto do morro, e como se parecesse com o lugar denominado Favela, naquele Estado, deram-lhe esse nome”. Meses depois no mesmo ano¹⁶¹, o jornal voltou a explicar sobre a suposta origem do nome e reafirmou que ele vinha

da guerra de Canudos e como ali fixassem residência muitos soldados do exército que estiveram empenhados naquela campanha, e com ainda aquele local se assemelhasse ao morro da Favela em Canudos, os soldados vindos da campanha, como recordação, resolveram assim denominá-lo.

¹⁵⁸ *Jornal do Commercio*, “Bairro novíssimo”, 14 de janeiro de 1901

¹⁵⁹ A reportagem informa que: “Do lado da rua Senador Dantas há 42 casinhas e do lado da rua Evaristo da Veiga 28, com as do lado da rua do Lavradio fazem o total de 150. (...) A sua população é de cerca de 632 habitantes, que com certeza não entrarão no recenseamento feio em janeiro pela Repartição de Estatística.”

¹⁶⁰ *Jornal do Brasil*, 5 de julho de 1901

¹⁶¹ *Jornal do Brasil*, “Morro da Favella”, 14 de dezembro de 1901

Como no morro de Santo Antônio, no da Favela vivem muitos soldados do exército e paisanas, que vão, dia a dia, construindo casas e barracões sem que paguem o menor imposto ou para tal tenham licença da Municipalidade. (...) Como já dissemos, os moradores são em sua totalidade soldados do exército, contando-se entre eles alguns paisanos, mas dos que gozam de grande reputação no rol dos homens valentes. Por esse motivo, não é qualquer indivíduo, não é um homem pacato e morigerado, que se atreve a fixar residência naquele sítio, aliás perigoso.

É interessante como além de narrar o mito de origem, a reportagem destaca a massiva presença de militares, responsáveis não só pela sua povoação, mas por garantir uma reputação negativa ao local. Segundo a *Gazeta de Notícias*¹⁶², ali não havia polícia que não fosse derrotada. Portanto, o vínculo entre o morro da Favela e Canudos parecia ser uma espécie de maldição, pois,

desde o seu nome, que relembra um episódio trágico do regime republicano, até a presente data, o morro da Favela está ligado ao cadastro criminal da cidade, por inúmeros fatos que só tem servido para mais elevar o seu mal e doloroso renome.¹⁶³

Chama atenção como mesmo na década seguinte, já em 1916¹⁶⁴, a gênese da favela é associada a Canudos. Segundo o texto, “os desordeiros e vagabundos de toda espécie, na impossibilidade de ter domicílio certo foram improvisando construções de madeiras velhas e folhas de zinco no morro da Providência, ali criando uma cidade tenebrosa” que teve seu nome “tirado de um dos redutos de Antônio Conselheiro, em Canudos, e que tanto deu que fazer às forças que ali operaram”. A notícia fala sobre o desmoronamento de três casas devido a um grande volume de água da chuva numa favela que vinha se desenvolvendo no bairro de Copacabana, chamada Vila Rica, já num contexto em que os barracos estavam mais proliferados pelas montanhas da cidade.

O uso da palavra “arraial” para designar as favelas foi encontrado algumas vezes. Em 1907, a revista *Careta* assim chamou o morro de Santo Antônio, ocupado “por uma população de 500 e 600 pessoas”¹⁶⁵. A

¹⁶² *Gazeta de Notícias*, “Na Favella. Trecho inédito do Rio.” 21 de maio de 1903

¹⁶³ *Correio da Manhã*, “Rolou pelo morro. Morte instantânea”, 28 de janeiro de 1907

¹⁶⁴ *Correio da Manhã*, “O 1915 despediu-se com violento temporal”, 01 de janeiro de 1916

¹⁶⁵ *Careta*, 16 de abril de 1907

nota destaca que o morro se situava a “dois passos do esplêndido palácio Monroe” e de outras construções luxuosas do centro, além da proximidade com duas linhas de bonde agitadas, de modo a enfatizar a discrepância do modo de vida daquela população em comparação com o seu arredor.

No dia 10 de outubro de 1902, o *Correio da Manhã* noticiou que estava surgindo um “novo bairro” na rua General Severiano. O destaque inicial fica por conta da “cabeça” da notícia, intitulada como “Arraial de Canudos”. O uso irônico das aspas ao usar a palavra bairro para designar a localidade diz respeito a sua estrutura bastante precária onde “casebres e barracões foram ali levantados às pressas, sem água, sem luz e sem esgotos”. O terreno pertencia ao governo, mas estava abandonado pelas autoridades e com isso “indivíduos, que já haviam edificado um arraial no morro de Santo Antônio, lembraram-se de ir fundar novo bairro”. No ano anterior os moradores haviam sido removidos, o que deve explicar a migração para o novo “arraial” localizado em Botafogo. A notícia faz o trabalho de denunciar um perigo. Era preciso intervir antes que aquela favela se tornasse maior e o problema se instalasse de vez. Não à toa o texto afirma terem sido feitos vários apelos às autoridades em vão. No dia anterior à notícia o prefeito interino e agente do distrito da Lagoa finalmente haviam visitado a localidade e prometido arrasar os barracões e pôr fim aquele “foco de epidemias”.

Em 1902, o debate acerca das questões sanitárias e a responsabilização das classes populares em relação às epidemias estava latente, pois naquele ano teve início a reforma de Pereira Passos. As favelas assumiram no lugar do cortiço o papel de principais culpadas pela infestação de doenças que assolavam a cidade. Portanto, ao noticiar dessa maneira o surgimento de uma favela, o *Correio da Manhã* se posicionava de modo denunciatório. Era preciso agir de modo incisivo e ao apontá-la como um “arraial de canudos” de maneira subentendida se alertava para a ameaça social que havia sido plantada. Afinal, o conflito de Canudos ficou bastante marcado pelo fascínio, mas também pelo

medo gerado pela cobertura feita pela imprensa em relação aos incansáveis sertanejos.

É interessante ver como certos textos encontrados nas folhas tratavam as favelas como um elemento à parte da cidade totalmente ignorado, cabendo, portanto, à imprensa o papel de desvelar essa realidade cruel. Em texto do jornal *A Notícia* publicado em 1907, lê-se que o

Sr. Affonso Penna correu o Brasil desde o Amazonas ao Prata. Falta, entretanto, a sua instrução ver a Capital Federal, que é mais perto, mas tem lugares tão perfeitamente ignorados de S. Ex., como o Polo Norte ou a cidade interdita de Lhassa, no Tibet... (...) Para que S. Ex. possa compreender a mais imperiosa necessidade das classes pobres desta capital, não lhe basta passear pela Avenida. É preciso – este exemplo serve muito bem – ir ao morro da Favella. Dir-se-á que o morro da Favella não é a cidade (...) Mas aquele ponto desta capital tem o mérito de ser tão violentamente característico que a sua existência por si só revela e explica qual é o estado das coisas no resto da capital. (...) A verdade é que ela [população pobre] ficou sem habitação (...) Ah, se o Sr. Presidente da República fosse ao morro da Favela. Há coisas de que nenhuma descrição dá bem a ideia. Ninguém imagina como aquilo é uma ilha de barbárie no meio de uma cidade, que afinal goza de uma certa civilização¹⁶⁶

No texto acima vemos como o morro da Favela é desconsiderado como parte da cidade e sua existência aparece como sendo um reflexo dos problemas de moradia. Em outro texto da *Careta*¹⁶⁷, se diz que os barracos onde os pobres viviam apresentavam uma “arquitetura invejável para os sertões de Mato Grosso”. Euclides da Cunha revelou para o Brasil civilizado uma parte de seu território que vivia em total abandono e em descompasso temporal. O sertão euclidiano aparece como um território não só distante, mas que vive em atraso e por isso sua população é retrógrada. A imprensa cumpriu a mesma função de revelar essa parcela abandonada da cidade para os que ignoravam sua existência e no geral o tom era de indignação com o fato de as autoridades permitirem a permanência e proliferação dos barracos nas montanhas centrais.

Em uma reportagem especial publicada no dia 7 de junho de 1902 no *Correio da Manhã*, observa-se uma visão mais solidária em relação à

¹⁶⁶ *A Notícia*, “Ordem do Dia”, n°42, 1907

¹⁶⁷ *Careta*, 10 de junho de 1911

favela. A reportagem, diga-se de passagem, ocupa toda a primeira página e uma parte da segunda, contém ainda imagens e seu título aparece em letras garrafais “No morro da Babilônia”. O autor do texto vê a montanha como “aspiração da terra”, “laboratório de vida” e “refúgio”, pois os morros, que agora vinham sendo habitadas pela pobreza da cidade, seriam “montanhas agasalhadoras”, onde os menos favorecidos conseguiam se abrigar.

O morro da Babilônia é apontado como o “favorito da pobreza”, lugar para onde os expulsos por “intimação do Progresso” estavam indo viver. O que mais chama atenção nessa reportagem é o tom moderado e paternalista para com a favela e seus moradores e como o jornal constrói a imagem de uma localidade rural pobre e afastada. Tal qual o sertão, marcado por seu mistério e distância, que exige coragem para quem quer conhecê-lo, o morro da Babilônia é um enigma para quem o vê de fora. De longe a montanha “parece desabitada – o asilo é discreto”, mas conforme se subia surgiam as primeiras habitações e o texto constrói um cenário calmo e bucólico:

Berra a cabra equilibrando-se nas arestas do alcantil, bale a ovelha na planura relvada (...) cacarejam as galinhas soltas e, a beira da fonte, (...) canta entre peças de linho, estendidas, quarando ao sol, a lavadeira morena, enquanto o machado ressoa além, derrubando troncos para alhanar o terreno em que há de viçar a roça. É lá de cima, da tranquilidade daquela eminência, a terra parece morta

A favela retratada pela reportagem não é violenta e assustadora. Pelo contrário, é um refúgio, não só para as pessoas que se encontravam sem ter onde morar, mas também para aqueles que escolhiam se mudar por vontade própria. Esse teria sido o caso do morador chamado Venancio Augusto Ferreira – natural da cidade de Anajatuba, interior do Maranhão - que após resolver sair do emprego que tinha, foi “gozar amplamente a liberdade” e se mudou para o morro.

O morador chamado José Carlos de Andrade, ex-praça do Exército, se mudou para o morro devido às circunstâncias de dificuldade de viver em meio à “carestia da cidade”. O senhor vivia já há quatorze anos na localidade junto com sua companheira e o casal tinha sua renda

proveniente da venda de bengalas de pequiá fabricadas pelo homem e das frutas e legumes colhidas por eles que eram vendidas em Copacabana quando havia abundância. Ao ser questionado se vivia bem ali, o homem diz que sim e que vivia “melhor que lá”, se referindo à cidade. José Carlos também afirma não haver brigas entre os moradores, mas cai em contradição ao dizer que a irmã de caridade que visitava o morro, uma senhora chamada Paula, era valente, pois “este morro não é de graça”.

A contradição presente na fala do entrevistado é bom exemplo sobre como as favelas eram retratadas de modo dualista. O morro da Babilônia apresentado pelo *Correio da Manhã* numa grande reportagem especial de maneira ruralizada e bucólica, como um local desconhecido e distante, com moradores simples e trabalhadores, vítimas do avanço do progresso, permite constatar como a imprensa articulava diferentes abordagens sobre a favela. Ao concluir o texto afirmando que “a cidade não se digna, sequer, levantar os olhos para (...) a lavoura dos humildes” há um tom de reclamação em relação à postura indiferente da cidade em relação aos pobres coitados que vinham sendo atingidos cada vez em maior número pelo avanço da reforma.

É importante ressaltar que no ano da reportagem a cidade estava passando pelo início do projeto modernizador de Pereira Passos, de modo que a atitude de fazer tal reportagem com tamanho destaque e esse tom compreensivo em relação às classes populares indica um posicionamento crítico às mudanças que vinham acontecendo na cidade. No entanto, o jornal era partidário do discurso de saneamento, sua postura de acordo com essa reportagem indica possível discordância com o prefeito àquela época, mas não que o periódico fosse uma voz favorável às classes populares de um modo geral.

Anos depois, já em 1916, o morro da Babilônia virou notícia de novo no mesmo jornal e o cunho da denúncia dizia respeito aos “frequentes assaltos dos ladrões que ali agem impunemente”¹⁶⁸. Segundo a reportagem, sete casas haviam sido assaltadas na região da rua Gustavo Sampaio e a culpa disso seria dos “vadios e desocupados” que

¹⁶⁸ *Correio da Manhã*, “Falta de policiamento”, 30 de abril de 1916

moravam no morro, cujo número de habitantes teria crescido bastante há cerca de dois anos. Essa notícia nos indica como anos depois a favela que em 1902 parecia ser ainda inóspita, chamava a atenção pelo seu tamanho e era responsabilizada por problemas de segurança no “elegante bairro do Leme”.

A dualidade no modo de se referir à favela também aparece em outras ocasiões nas folhas dos periódicos pesquisados. Em 1907, se escreveu que embora fosse um perigo para a saúde e para a ordem pública, havia também “gente de bons costumes, famílias de operários”¹⁶⁹ morando nos morros. O mesmo texto pede que as autoridades levassem em conta a situação delicada em que ficam as pessoas ao serem despejadas devido à ação autoritária dos órgãos de higiene. É interessante que o apelo conclui com a afirmação de que a presença desses desabrigados nas ruas era “prejudicial à nossa civilização” e colocava em dúvida que “somos um povo verdadeiramente culto”.

No mesmo ano, o *Correio da Manhã* também publicou um texto que apresentava um tom mais complacente com a favela. No morro da favela havia

todo um poema de miséria, um quadro torturante e angustioso que a multidão revolteando pela cidade rasa não vê ou escuta (...) Para ali vão ao mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terrenos, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete.¹⁷⁰

O autor do texto demonstra solidariedade com os pobres ao reconhecer que estes migravam para as montanhas por não terem condições de pagar por um lugar melhor e acusa a “higiene” de não ter coração. Os higienistas que os perseguiram eram “homens fortes, de alma insensível” e embora a civilização e a higiene valessem sacrifícios para serem alcançadas, isto não justificaria, no entanto, a violência. O próximo exemplo, por sua vez, apresenta no mesmo jornal uma posição austera e nem um pouco simpática em relação aos morros. Para o seu autor, não fazia sentido se posicionar contra o arrasamento das favelas se

¹⁶⁹ *A Notícia*, “Favella e Santo Antônio”, n°136, 1907

¹⁷⁰ *Correio da Manhã*, “A Favella”, 04 de junho de 1907

sensibilizando com aquela gente pobre, pois eram privilegiados por viverem “com a mais ampla liberdade, não tendo a menor obrigação de pagar impostos de qualquer natureza, e por outro lado, sem o mais exíguo preceito higiênico!” Não havia cabimento, portanto, em defender os morros enquanto se almejasse ter o Rio como o maior exemplo de civilização da República.

A fotografia de capa da Revista da Semana, publicada em 28 junho de 1907, mostra os moradores do morro da Favela com um semblante de tristeza em total desamparo (Figura 3). Embaixo da imagem se lê: “Eis a dolorosa perspectiva dos infelizes que habitam o morro da Favela: por teto o céu, por lar o espaço!”. Os despejados, por sua vez, são apresentados de modo apático, como pobres miseráveis resignados em seu destino infeliz. A imagem e a legenda diziam respeito às ameaças de despejo que o morro vinha recebendo por parte da Comissão de Higiene Pública que pretendia sanitizar o lugar.

É sobre esse contexto que trata a imagem sequente (Figura 4), também da *Revista da Semana*¹⁷¹, que assim como o texto do Correio da Manhã, demonstra uma postura complacente com o destino dos moradores. Oswaldo Cruz aparece com ar de autoridade e representado com altura superior aos que apelam. É interessante como o argumento usado a fim de questionar a ação autoritária dos agentes de saúde busca sensibilizar, apelando em relação à humanidade e fraternidade que se mostravam ausentes nos higienistas.



¹⁷¹ *Revista da Semana*

Figura 3. Revista da Semana, "O Êxodo da Favella", 28 de junho de 1907



Figura 4. Revista da Semana, "No Morro da Favela", 23 de junho de 1907

Como
páginas atrás,
de maiores

dito
em busca
vendas,

os jornais passaram a dar espaço privilegiado para as notícias de crimes e neste quesito as favelas apareciam com grande destaque. Nesse quesito, o morro da Favela ganhava destaque sendo muitas vezes mencionado como cenário dos acontecimentos e apresentado como o "já

célebre morro”¹⁷². Uma dessas notas diz que “os crimes ali são terríveis”¹⁷³ e

os seus protagonistas são, em geral, verdadeiras feras: indivíduos sem alma, para os quais não há sentimentos, não há compaixão; com a maior facilidade tiram a vida ao seu semelhante; a faca e a navalha são manejadas com destreza admirável e, ao menor motivo, sem ele às vezes, são embebedas, traiçoeiramente, no corpo dos desgraçados.

Há aqui uma clara generalização calcada em cima de uma animalização dos moradores que seriam incapazes de deter seus instintos assassinos. Desse ponto de vista preconceituoso se explicaria a razão pela qual a favela era “um dos lugares maus afamados do Rio”¹⁷⁴ e

onde reside a maior parte dos valentes da nossa terra, e que, exatamente por isso – por ser o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou até mesmo, sem motivo algum – não tem o menor respeito ao Código Penal nem à polícia que também, honra lhe seja, não vai lá, senão nos grandes dias do endemoniado vilarejo. Os grandes dias na Favella são os dias de muito sangue (...) A Favella (...) é a aldeia do mal.

O morro da Favela é retratado na notícia acima como um lugar violento, reduto da valentia. Além disso, há a constatação de que os moradores seriam incapazes de deter seu instinto assassino. O uso da palavra “vilarejo” indica uma noção de que a localidade era ainda de pequena dimensão, mas não se pode ignorar que o adjetivo “endemoniado” que o acompanha faz um juízo de valor negativo. Os sertanejos na obra de Euclides da Cunha, por sua vez, eram descritos de modo similar, como homens cruéis e violentos igualmente capazes de matar por qualquer coisa. Canudos, segundo o autor, era residência de diversos tipos, “do crente fervoroso abdicando de si todas as comodidades da vida noutras paragens, ao bandido solto, que lá chegava de clavinote ao ombro em busca de novo campo de façanhas”¹⁷⁵. O arraial formava ao seu ver um “homizio de famigerados facínoras”¹⁷⁶.

¹⁷² *A Notícia*, “Assassinato”, n°98, 1904

¹⁷³ *Jornal do Brasil*, “Facada mortal entre soldados no morro da Favella”, 03 de outubro de 1904

¹⁷⁴ *Correio da Manhã*, “Os dramas da Favella...”, 05 de julho de 1909

¹⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.147

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 149

Em 1918, a *Gazeta de Notícias* publicou uma notícia intitulada “Até brincando, na Favela fere-se os outros”¹⁷⁷. O título corresponde a fala de Francisco Batista da Silva, morador do morro da Favela acusado de ferir com canivete outro morador. Ao ser questionado, o acusado disse ter sido tudo uma brincadeira sem intenção de machucar. O título da notícia, por sua vez, contribui com a concepção de que os habitantes locais eram seres violentos de forma selvagem. Outra nota¹⁷⁸, conta sobre um “assassinato singularíssimo” e “absolutamente inédito” ocorrido no mesmo lugar em que se dispensou o uso da faca e do revólver. O criminoso é apontado como “um novo Sansão”, “uma reencarnação de Hércules” por ter sido capaz de com sua própria força ter levantado um homem e o atirado longe. O responsável por noticiar, não perdeu a oportunidade de afirmar a favela como “o lugar mais perigoso do Rio de Janeiro” e a “sua população é um complexo de castas de gente, predominando pelo número as castas ruins.”

A visão determinista da imprensa acerca das favelas fica clara ao lermos que a sua população era “uma mistura inconcebível de classes, de raças e de sexos. Domina, porém, quase sempre o capadócio perigoso, o valente que é conhecido pelos seus feitos de bravura e pelos seus apelidos temerosos”.¹⁷⁹ Isto explicaria por que a favela tinha “uma história tenebrosa, feita a custo de inúmeros assassinatos, tremendos conflitos, pavorosas cenas de sangue”.

Em *Os Sertões*, por exemplo, os sertanejos são apresentados como seres degenerados e isso se deve ao descompasso temporal em que vivem. O abandono que lhe foi destinado durante séculos gerou como fruto um povo atrasado, apegado às tradições locais e superstições. O sertanejo euclidiano é resultado da mestiçagem que do seu ponto vista é algo lastimável, pois gera seres inferiores e condenados à extinção. Euclides estabelece uma distinção entre os mestiços do litoral e do sertão, os primeiros seriam fracos enquanto os sertanejos eram fortes e valentes.

¹⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, “Até brincando, na Favella, fere-se os outros”, 02 de fevereiro de 1918

¹⁷⁸ *Correio da Manhã*, “Atirado ao abismo...”, 09 de novembro de 1908

¹⁷⁹ *Careta*, 03 de janeiro de 1914

O meio austero permitiu a formação de seres resistentes e bravios que “não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”¹⁸⁰. Euclides se contradiz algumas vezes ao acusar os sertanejos de serem preguiçosos, “permanentemente fatigado[s]”¹⁸¹ e com “tendência constante à imobilidade e à quietude”¹⁸². Todavia quando urgia a necessidade toda apatia desaparecia:

Nesse momento o homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto (...) e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.¹⁸³

A sub raça sertaneja por ser majoritariamente mestiça gerava seres desequilibrados, inconstantes e ignorantes, todavia, por outro lado, o sertanejo era um ser original e com grande potencial, uma vez que não havia sido ainda capturado pelo estrangeirismo que aos olhos de Euclides da Cunha representava uma grande decepção. Com isso, o sertão aparece em seu texto de modo contraditório como um território esquecido e incivilizado, reduto de fanático e ignorantes seguidores de Conselheiro, mas igualmente como uma região ainda intocada e que deveria ser assimilada fazer parte de um projeto de nação civilizada.

Voltando para as favelas, o racismo é claro em uma notícia que diz que os morros perpetuavam na cidade os quilombos, que, segundo o texto, “se mantinham da rapinagem e do assalto”¹⁸⁴. Este exemplo é interessante por fazer uma correlação entre as favelas e os quilombos, algo pouco comum. Embora os moradores das favelas e os escravizados fugidos compartilhassem laços étnicos e culturais, além de alguns quilombos escondidos nas montanhas terem vivido em coexistência com as primeiras montanhas habitadas no século XIX, os jornais não costumavam associá-los um ao outro.

¹⁸⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.92

¹⁸¹ *Ibidem*

¹⁸² *Ibidem*

¹⁸³ *Ibidem*, p. 92-93

¹⁸⁴ *O Paiz*, 09 de novembro de 1908

Por outro lado, é comum encontrar a associação entre o morro da Favela e *White-Chapel*, distrito de Londres conhecido por ser um local pobre, reduto de crimes e prostituição. Em um desses casos se pergunta: “Pois nós não podíamos ter bairro horrível tal qual a grande Londres?”¹⁸⁵. A favela abrigava a “escória da Saúde”¹⁸⁶, mas as autoridades responsáveis não se importavam em agir devidamente porque a “vida da Favela interessa tanto a sociedade como a da Zululândia”¹⁸⁷.

Além da violência, outro destaque dado pela imprensa dizia respeito às péssimas condições de vida e higiene em que viviam os moradores dos morros. As casas eram descritas como sendo

choças miseráveis, onde para penetrar – tão baixas são – tem o homem de curvar o dorso, humilhado na sua própria atitude física, vergado para o chão batido. Paredes são ripas que se entrelaçam engastadas no grosseiro barro que ali serve de argamassa ou tabuinhas de caixão e folhas de Flandres¹⁸⁸

A descrição acima permite fazer um paralelo entre os barracos e as casas de pau a pique existentes no sertão, como a que pode ser vista na fotografia de Flávio de Barros, que foi o responsável por registrar a fase final da campanha de Canudos, como vemos na Figura 5¹⁸⁹. A revista *Careta* fez mais de uma incursão no morro da Providência onde fez registros da população local e dos casebres existentes. As Figuras 6 e 7 foram publicadas em dezembro de 1909¹⁹⁰ e nelas quase não aparecem os elementos humanos, o destaque fica por conta dos barracos precários que parecem estar a ponto de despencar do alto do morro da Providência a qualquer momento. As Figuras 8,9,10 e 11, datam de 1912¹⁹¹ e apresentam não só a favela como cenário, mas, principalmente, o cotidiano de seus moradores. Vemos com mais proximidade esses homens e mulheres em seu dia a dia, como se vestiam, como eram seus rostos, onde viviam etc.

¹⁸⁵ *A Notícia*, “Uma noite da Favella...”, n°52, 1909

¹⁸⁶ *Idem*

¹⁸⁷ *Idem*

¹⁸⁸ *Correio da Manhã*, “A Favella”, 04 de junho de 1907

¹⁸⁹ *Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos*. N°1. RJ: Instituto Moreira Salles, 2002, p.81. Acervo fotográfico do Museu da República.

¹⁹⁰ *Careta*, “O Rio desconhecido. A Favella”, 4 de dezembro de 1909

¹⁹¹ *Careta*, “Vida carioca – A Favella”, 21 de dezembro de 1912

É interessante o registro dos homens descendo do morro indo trabalhar já que tantas vezes foram apontados aqui registros da imprensa acusando-os de serem criminosos e indolentes. As pessoas que aparecem nas fotos parecem de modo pacífico, como gente simples e com um ar tranquilo, bem diferente das descrições das páginas policiais. As imagens condizem com o relato publicado também na *Careta* que diz:

Eram três horas da tarde, íamos deixar o morro horrorizados com as suas condições. A essa hora começava o movimento de subida dos moradores que veem à cidade. São só homens. As mulheres e crianças não conhecem a cidade. As crianças são verdadeiramente matutas, de tudo tinham medo. Olham os estranhos com medo. E é isso o morro da Favela.¹⁹²

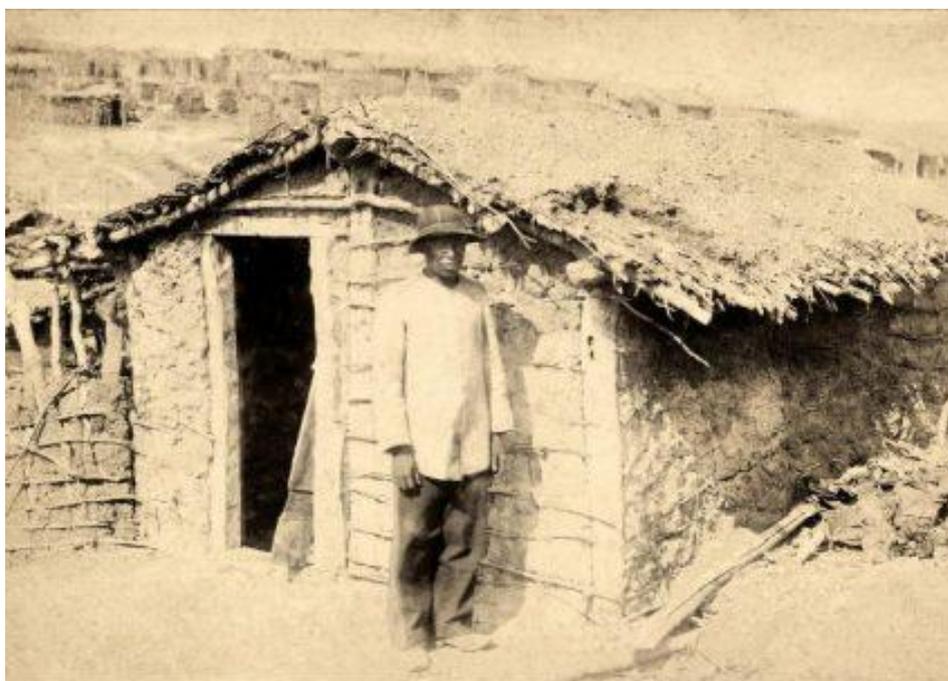


Figura 5. Uma casa de jagunços. (Flávio de Barros)
Acervo fotográfico do Museu da República.

¹⁹² *Careta*,



Figura 6. Careta, "Vida carioca – A Favella",
4 de dezembro de 1909



Figura 7. Careta, 4 de dezembro de 1909

Vida carioca — A Favella

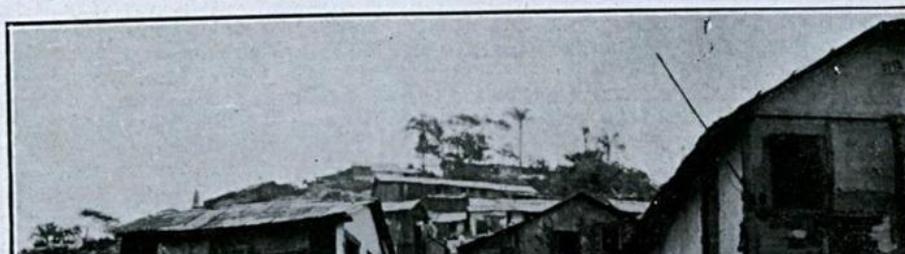


Figura 8. Careta, "Vida Carioca – A Favella", 21 de dezembro de 1912



As páginas dos jornais pesquisados fornecem informações sobre como era a estrutura e o cotidiano das primeiras favelas carioca. Era bastante comum o destaque dado ao absurdo que era considerada a existência de “uma enorme multidão, abrigada em sórdidas taperas”¹⁹³ bem pertinho da Avenida Central. As pessoas viviam

cobertas de trapos sujos, de olhares interrogadores e desconfiados. As crianças, muitas completamente nuas, correm para dentro dos casebres, assustadas, outras, as mais corajosas, ficam no caminho, interceptando a passagem, indiferente. Cada uma tapera abriga cinco, seis e az vezes mais pessoas. Muitas têm sala e quarto sendo a divisão feita com sacos de aniagem. (...) o morro de Santo Antonio, que abriga em suas taperas para mais de duas mil pessoas, sem água e sem esgoto (...) As mulheres, parecendo vestidas de trapos, de bonés de soldados na cabeça, na fontinha esperam a vez para colocar a lata vazia por baixo do único fio de água cristalina, que mata a sede de duas mil pessoas. Outras de lata na cabeça, descem o morro, para vir buscar água no tanque do fim da rua Senador Dantas, ou nas bicas da Carioca. Muitas são lavadeiras! Nos fundos do hospital da Força Policial existem vários barracões condenados pelas autoridades sanitárias, habitados por seres humanos ou quase humanos. Os pré históricos teriam tido habitações mais confortáveis. O assustador amontoado de taperas há mais de vinte anos, resiste a todas as oposições das autoridades municipais. (...)

O texto acima, publicado em 1910, nos informa sobre a miséria local e a total falta de infraestrutura e mais do que isso, fornece mais pistas sobre a presença militar no morro de Santo Antônio com as mulheres usando chapéus de soldados e afirma que a ocupação do lugar teria sido iniciada antes da década de 1890. O aspecto rudimentar dos barracos é associado de modo exagerado aos abrigos dos hominídeos, além dos próprios moradores terem sua humanidade contestada por quem escreve.

A miséria ganhava bastante destaque por aqueles que descreviam os morros pois de fato a situação era calamitosa, mas também porque assim se atingia o objetivo de alarmar ainda mais quem lia. Um dos textos diz que

muita gente que não acredita que no Rio haja miséria. É um engano. No Rio, como em todas as grandes cidades, existe miséria, e com todo o seu cortejo de horrores. (...) – Torturas da

¹⁹³ A *Notícia*, “Um aspecto da miséria”, n°287, 1910

fome? – Sim. Não reparou naquele grupo que (...) aguardava os restos de comida? (...) Há famílias numerosas abrigadas em pequenos espaços dos quartos das casas de cômodos. Em uma dessas babilônias, na rua dos Inválidos, tive ocasião de verificar que em um quarto de 40\$000 mensais, moravam, marido, mulher, quatro filhos menores, um cachorro e mais três pessoas que não pertenciam à família: - um verdadeiro quadro do *Germinal*, na Avenida dos Duzentos e Quarenta.¹⁹⁴

A menção ao pagamento de aluguel também foi feita em outros momentos. Um texto da revista *Careta* publicado em 1911 afirma que os moradores do morro da Favela eram em sua maioria negros e mulatos que pagavam “pesadíssimos aluguéis”¹⁹⁵ que variavam entre 20\$000 e 60\$000. A população não pagava impostos, mas davam seu dinheiro aos “espertalhões” que cobravam pela moradia nos barracos. Todavia, em outro relato, um morador do local esclarece que o aluguel não era caro “porque só os barracões são alugados e muito poucas casas. O mais quem chega faz a sua moradia e vai vivendo sossegado”.

Ainda sobre a cobrança de aluguéis, uma reportagem de 1917 também publicada na *Careta*¹⁹⁶ conta que no morro da Babilônia os barracões haviam sido edificadas por um homem chamado Manoel Galego que cobrava “pequenas quantias mensais a famílias pobres”. Posteriormente o homem fez sociedade com um tal José dos Porcos, até que após terem falecido, os aluguéis passaram a ser cobrados pela Empresa de Construções Civis que naquele ano resolveu despejar as famílias. O motivo do despejo não é esclarecido pelo texto e a medida foi requerida ao então juiz da 4º pretoria civil que permitiu a execução do mandado pelos oficiais de justiça. Mesmo sob forte chuva, as 30 famílias foram despejadas.

Por último, apresentamos neste capítulo um relato bem peculiar e interessante sobre uma visita feita ao morro da Favela publicada em 1906¹⁹⁷. Segundo o relato de um morador, o morro não tinha necessidade de policiamento pois o que afligia os moradores eram as bruxas e os lobisomens. Quando chegava à noite, mesmo que não houvesse lua, os

¹⁹⁴ *A Notícia*, nº310, 1914

¹⁹⁵ *Careta*, 10 de junho de 1911

¹⁹⁶ *Careta*, 17 de maio de 1917

¹⁹⁷ *A Notícia*, “No coração da cidade...”, nº168, 1906

moradores não saíam de casa pois as bruxas e lobisomens apareciam e seu barulho não deixava ninguém dormir. Um menino que guiou a equipe do jornal, levou-os até a “choça de um autêntico lobisOMEM”. Ao baterem a porta foram atendidos por um

homem de 30 anos presumíveis, muito pálido, de palidez cadavérica, olhos encovados, circundados por negras olheiras, cabelos pretos caídos sobre a testa e ombros, mãos finas, magras, muito ossudas, de unhas compridas, negríssimas. Era o lobisOMEM. (...) O povo dali diz que ele dorme durante o dia e que à noite sobe a correr fado, alimentando-se do sangue dos viventes que encontra.

A favela aparece acima como residência de seres fantásticos e assustadores. Não bastasse a miséria e violência, os morros seriam também frequentados por perigosas lendas. Esse tipo de abordagem contribuía para a construção imagética das favelas como um lugar misterioso e igualmente ameaçador. A criação de uma narrativa com tom fantasioso e a presença desses personagens remete ao sertão místico e supersticioso construído por Coelho Netto no conto Praga, analisado no primeiro capítulo.

Antes de concluir, vale a pena ressaltar que os subúrbios também eram considerados parte do mundo rural na cidade. Por não serem totalmente urbanizados, eram vistos como um meio termo - meio roça, meio cidade - e a isto contribuía o fato de a maior parte da população suburbana no início do século XX ter como trabalho as atividades agrícolas.¹⁹⁸

As favelas, no entanto, nasceram no coração da cidade. Elas acabaram se multiplicando pelos subúrbios também, assim como logo apareceram nas montanhas dos bairros valorizados pós reforma Passos, mas é por terem nascido nos morros centrais que causa maior estranhamento observar uma abordagem da imprensa que as aproxima ao mundo sertanejo. Nesse sentido, é importante reiterar que as favelas

¹⁹⁸ MIYASAKA, Cristiane. Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011. pg. 84

apareciam nas fontes aqui analisadas como um sertão metafórico, pois a elas foram atribuídas as características que condenam um local como tal.

A atribuição dos elementos que caracterizavam o sertão e os sertanejos - barbárie, indolência, perigo, miséria, ignorância, resignação, atraso, incivilidade – às favelas significou um julgamento moral preconceituoso por parte da imprensa. Tal qual o sertão, as favelas precisavam ser desbravadas e sua existência denunciada a fim de que deixassem de fazer parte da paisagem da capital republicana. Em alguns casos até se via algum tipo de solidariedade em relação aos moradores dos morros, mas, no geral, o tom da imprensa era acusatório.

Do seu ponto de vista, os jornalistas cumpriam sua importante missão social de agentes intermediários entre o poder público e a população. Como agentes de memória construíram uma imagem das favelas para a posteridade calcada em pressupostos deterministas que julgavam as favelas como antro do mal na cidade por serem habitados por gente pobre e não branca constituindo a antítese do projeto de cidade que defendiam.

Considerações Finais

A associação entre locais e regiões da cidade do Rio de Janeiro com o sertão não foi exclusividade das favelas. O médico e romancista Afrânio Peixoto, professor de Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirmou: “(...) não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da avenida.”¹⁹⁹ O subúrbio, por exemplo, era comumente descrito como uma parte da cidade marcada pelo hibridismo entre o urbano e o rural.

No que diz respeito às favelas, a ação executada pela imprensa de associá-las ao interior significava um recurso argumentativo a fim de alertar para o perigo social que os morros representavam. Os jornalistas desbravavam o desconhecido ao subirem os misteriosos e “perigosos” morros a fim de denunciar a situação calamitosa em que se encontravam os pobres que os habitavam.

¹⁹⁹ PEIXOTO, Afrânio apud LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Revan: IUPERJ, UCAM, 1998. P.60.

Apesar de haver certa complacência e muitas vezes o tom da imprensa sobre as favelas ser dualista, na maioria das vezes o tom era acusatório e de suspeição generalizada dos pobres. É importante destacar nesse quesito o fato de boa parte, senão maioria, dos moradores das favelas de então serem não-brancos o que deixa claro o viés racista da imprensa.

O julgamento moral que recaía às favelas associava seus moradores aos piores tipos de comparação. Os morros e seus habitantes eram vistos como representantes legítimos da barbárie, indolência, perigo, miséria, ignorância, resignação, atraso e incivilidade. Portanto, a construção imagética da favela feita pela imprensa as condenava como um mal para a cidade.

Essa maldição teria raiz na gênese do morro da Favela e seu vínculo com a Guerra de Canudos, portanto, a comparação com o sertão não seria gratuita. A literatura serviu de referência para a elaboração de um imaginário sobre as favelas estabelecido a partir de pressupostos deterministas e executado pela elite intelectual da cidade. Infelizmente ainda hoje esse tipo de visão preconceituosa e estigmatizada sobre as favelas é compartilhada pela sociedade brasileira.

Pior ainda é constatar que os problemas enfrentados pelas favelas hoje em dia são ainda mais numerosos e muitos mais complexos. Os morros não são mais associados ao interior, mas seus moradores continuam sendo acusados de serem ignorantes, violentos e promíscuos. A violência presente nas notícias aqui analisadas parece irrisória comparada aos acontecimentos atuais e é revoltante constatar como ainda hoje pessoas vivem em condições análogas as que viviam os moradores das primeiras gerações das favelas. Neste sentido, os seguintes versos cumprem a missão de desabafar e sonhar com um futuro em que as favelas e seus moradores sejam tratados com o devido respeito, uma vez que representam uma fundamental força de trabalho no cotidiano da cidade e somam mais de 1 milhão de pessoas.

Fontes

Imprensa

A Notícia

Careta

Correio da Manhã

Correio Mercantil

Diário do Rio de Janeiro

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

O Paiz

Revista da Semana

Literatura

ARINOS, Affonso. “A Esteireira”. In: *Pelo sertão*. RJ: Livraria Garnier, 1898.

_____. *Os Jagunços*. RJ, 1898

BARBOSA, Orestes. “A Favela”. In: _____. *Bambambã*. [1923] Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. pp. 111-116.

BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. pp.195-197.

COSTALLAT, Benjamin. “A favela que eu vi”. In: _____. *Mistérios do Rio*. [1924]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995. pp.33-39.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. 2 ed. São Paulo: Círculo do livro, 1975.

EDMUNDO, Luiz. “O morro de santo Antônio”. In: _____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. pp. 145-172

NETO, Coelho. “Praga”. In: _____. NETTO, Coelho. *Sertão*. Porto: Lelo & Irmão. 1921.

_____. *A Capital Federal (Impressões de um sertanejo)*. Porto: Lelo & Irmão. 1925

RIO, João do. “Os livres acampamentos da miséria”. In: _____. *Vidas Vertiginosas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. pp. 143-152.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

_____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ed Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução. In: *Revista do Rio de Janeiro*. nº10, pp. 161-177, maio a agosto de 2003 BENCHIMOL.

_____; VAZ, Lilian Fessler. Sobre a origem das favelas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador. Anais... Salvador: ANPUR, 1991.n.15, 1995.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção do espaço*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016 Rio de Janeiro.

_____. A resignificação do mito de origem da favela pela arte de Maurício Horta. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, jul./dez de 2019, nº 46, pp. 45–60

ALMEIDA, Soraya e JÚNIOR, Rubem Porto (2012). Cantarias e pedreiras históricas do Rio de Janeiro. *Terrae Didática* 8(1): pp. 3-23.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. RJ, vol.8, n. 15, 1995, p.145-151.

_____. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. *Cantareira* (UFF), v. 14, p. 1-20, 2009.

ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. RJ: Livraria Garnier, 1898.

_____. *Os Jagunços*. RJ, 1898

BACKHEUSER, Everardo (1906): *Habitações populares. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BARROSO, Gustavo. "Vida e história da palavra sertão". In: _____. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

BARBOSA, Marialva; LOUZADA Silvana. Fotojornalismo no Brasil: um percurso histórico. *Media & Jornalismo*, v. 20, p. 61-76, 2012.

_____. Jornalismo Popular no Brasil: uma história. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, v. 3, p. 41-53, 2018.

_____. Jornal do Brasil: Impressões de memória (O Jornal do Brasil e a auto-construção de sua memória em 1891) *INTERCOM* (São Paulo), São Paulo, v. XVI, n.1, p. 62-83, 1993.

_____. Leitores e leituras dos jornais do Rio de Janeiro no início do século. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, p. 1-14, janeiro/junho 1998

BRETAS, Marcos. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.01, p. 7-22, 2002.

_____. A Queda do Império da Navalha e da Rasteira: A República e Os Capoeiras. *Estudos Afro-asiáticos*, v. 20, p. 239-256, 1991.

Cadernos de Fotografia Brasileira: Canudos. N°1. RJ: Instituto Moreira Salles, 2002

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015. p. 114-136.

CARVALHO, Danielle Crepaldi. Coelho Netto (1864-1934): uma vida dedicada à literatura. *Travessias*, n°2, 2009

CASTRO, Helder B. A "Praga" do sertão. Aspectos do gótico em Coelho Netto. In: SILVA, Alexander Meireles da; BARROS, Fernando Monteiro de; FRANÇA, Júlio; COLUCCI, Luciana. (Org.). *Estudos do Gótico*. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017, v. , p. 65-74.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. 2 ed. São Paulo: Círculo do livro, 1975.

GALVÃO, Walnice Nogueira, (org.). *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo : Ática, 1974.

GIAROLA, Flávio Raimundo. A guerra dos jagunços: o conflito de canudos e o sertanejo nos escritos de Afonso Arinos. *Revista de História - UFBA*, 5, 1-2 (2013), p.205-219.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, ano V, p. 217-235, jul. 1998.

LAZZARI, Alexandre. *Longe do sertão: literatura, política e nacionalismo em Afonso Arinos*. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades, 2008, Seropédica – RJ. Anais Complementares, 2008.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. 1998, vol.5, suppl., pp.163-193.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

MAGALHÃES, Armando. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

Magalhães, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Backzo e Bourdieu. *Albuquerque: Revista De história*, 8(16), 2017.

MATTOS, Rômulo Costa. *A “Aldeia do Mal”: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Rio de Janeiro, 2001 (dissertação em história) - UFF, 2001

_____, *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2008 (tese em história) - UFF, 2008.

_____. Militares de baixa patente na Primeira República: os primeiros moradores das favelas cariocas?. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-15.

MIYASAKA, Cristiane. Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis* (Nova Série), v. 31, n. 1, pp. 55-61, 2011

NEGREIROS, Richard de Paula. Semente de Favela: Jornalistas e o espaço urbano da capital federal nos primeiros anos da república. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Minas Gerais, v. 6, n.1, p. 36-53, 2004.

NETTO, Coelho. *Sertão*. Porto: Lelo & Irmão. Lisboa, 1921.

_____. *A Capital Federal (Impressões de um sertanejo)*. Porto: Lelo & Irmão. 1925

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, vol.5, suppl., pp.195-215, 1998.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 22, n. 44, pp. 511-537.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (2012). “Cousas do sertão: Coelho Netto e o tipo nacional nos primeiros anos da República”. *Revista História Social*, n. 22-23, p.83-115.

_____. *Coelho Netto: um antigo modernista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. v. 1. 333p

_____. Um sertanejo na capital federal: Coelho Netto e o Rio de Janeiro dos primeiros anos da República. *Acervo*, v. 28, p. 54-66, 2015.

_____. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História*, v. 35, p. 1-21, 2016.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação (mestrado em história), Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. O sertão: território da imaginação social no Brasil. In: STARLING, Heloísa. BOTELHO, André (Org.). *República e Democracia: impasses do Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. v. 1. p. 299-316.

SAMBATI, Fabiana Almeida. *O sertão de Coelho Netto revisitado e editado*. Dissertação (mestrado em Letras) – UTFPR, PR, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e produção cultural na Primeira República*. 3ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SOARES, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio, 2013.

_____. O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. *GEOgraphia* (UFF), v. 13, p. 114-135, 2012.

SOUZA, Daniella Santos de; SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Favela, o “sertão” da cidade”: o arraial de Canudos no imaginário acerca das primeiras favelas cariocas*. Rio de Janeiro, 2017 (monografia em História) – Puc-Rio, 2017.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais/ANPOCS*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2013.

VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v.1, n. 2, p. 29-35.

_____. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 24, n. 127, p. 581-597, 1994.

WEINHARDT, Marilene. *Os Jagunços ou Os Tortuosos Caminhos da Nacionalidade*. *Letras*, v39, 1990, p.47-62.

ZYLBERBERG, Sonia (Org.). *Morro da Providência: memórias da "favela"*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. v. 1. (Coleção Memória das Favelas)